



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

**Arquivos e Cultura: Arquivo Público do Estado do
Rio Grande do Sul no Programa Cultura Viva**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

João Carlos Christoff

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

Arquivos e Cultura: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no Programa Cultura Viva

por

João Carlos Christoff

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

Orientadora: Professora Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2010

Universidade Federal de Santa Maria

**Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**Arquivos e Cultura: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do
Sul no Programa Cultura Viva**

elaborada por
João Carlos Christoff

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Prof^a. Fernanda Kieling Pedrazzi, Ms. (UFSM)

Prof^a. Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 17 de dezembro de 2010.

O arquivo é a “consciência histórica” da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades, que nesse sentido, lhe oferece seu acervo. A par dessa cultura tradicional, os arquivos podem enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular, sem se esquecer do constante reaquecimento de suas relações com seus usuários correntes: os pesquisadores – cidadãos comuns ou historiadores.

Heloisa Liberalli Bellotto

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

Arquivos e Cultura: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no Programa Cultura Viva

AUTORA: JOÃO CARLOS CHRISTOFF

ORIENTADORA: DRA. GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 17 de dezembro de 2010.

O documento arquivístico de fato nasceu administrativo, essa é sua lógica. Entretanto a um arquivo, ainda que corrente ou intermediário e, portanto, inacessível ao grande público, não se pode negar seu caráter cultural, afinal, como representante dos gestos administrativos, governamentais, políticos, religiosos, entre outros, ele está justamente manifestando, pelo seu registro, a cultura intrínseca desse aparato estrutural. Entendê-lo desta forma é fundamental para difundi-lo, posteriormente, na fase permanente de seu ciclo de vida. A partir desta realidade, procurou-se discutir uma instituição arquivística, em específico, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, sua atuação e possibilidades diante da gestão cultural brasileira, sobretudo diante dos avanços vividos por ela, inclusive conceitualmente, num Brasil que democrático, conclama, cada vez mais, um projeto de integração nacional, onde a diversidade e a construção identitária têm espaços reservados. Um Brasil, aliás, que já não mais é conhecido somente por sul e sudeste, mas que passou a respeitar e adentrar suas demais regiões. Neste papel a cultura teve lugar protagonista. Já o papel dos arquivos, bom, esse cabe aos arquivistas e gestores a discussão junto à sociedade.

Palavras-chave: APERS. Cultura. Arquivo. Gestão Arquivística. Programa Cultura Viva.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

Arquivos e Cultura: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no Programa Cultura Viva

(Archives and Culture: APERS in the Cultura Viva Program)

AUTOR: JOÃO CARLOS CHRISTOFF

ADVISER: DRA. GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 17 de dezembro de 2010.

The archival document in fact began administrative, that is its logic. However an archive, though current or intermediate and, thus inaccessible to the general public, can not be denied from its cultural character, after all, as a represent at of the administrative, governmental, politic and religious ways, among others, it's just expressing by its register, the intrinsic culture of this cultural apparatus. Understand it that way is fundamental to subsequently spread it, in the phase permanent of its life cycle. From this reality, the intention was to discuss an archival institution, in particular, the Arquivo Público do Rio Grande do Sul – APERS, its performance and ability and possibilities in front of the cultural brazilian management, mainly because of the advances lived by it, including conceptually, in a Democratic Brazil that more and more urge, for an integrated national project, where the diversity and the indetitary construction has reseved places. A country, that, it is not recognized only for the south and southeast, but begins to respect and enter its other regions. In this part the culture had the main role. Therefore the role of the archives, well, that is an archivists and managers duty of bringing up this discussion to society.

Key words: APERS. Culture. Archive. Archival management. Cultura Viva Program.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Objetivo Geral.....	8
1.1.1	1.1.1 Objetivo Específico.....	8
1.2	Justificativa.....	9
1.3	Problema.....	10
1.4	Hipóteses.....	11
2	METODOLOGIA.....	12
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
3.1	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.....	13
3.1.1	Breve Histórico.....	13
3.1.2	Acervo.....	15
3.1.3	Serviços Oferecidos e Atividades Desenvolvidas junto à Sociedade Gaúcha.....	17
4	A GESTÃO CULTURAL BRASILEIRA: POR UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS ARQUIVOS.....	21
4.1	O Fomento Cultural no País e as novas propostas: Procultura e Vale-Cultura.....	23
4.1.1	Fundo Nacional de Cultura – FNC.....	24
4.1.2	Fundo de Investimento Cultural e Artístico – FICART.....	26
4.1.3	Mecenato.....	27
4.1.4	Vale-Cultura.....	29
4.2	Os Principais Editais junto à Área de Acervos Arquivísticos.....	29
4.2.1	A presença do APERS nos editais.....	33
5	PROGRAMA CULTURA VIVA.....	36
5.1	Ponto De Cultura, Pontões e Pontos De Rede.....	39
5.1.1	Ponto de Cultura.....	39
5.1.2	Os Pontões.....	44
5.1.3	Os Pontos de rede.....	45
5.1.4	Como participar do Programa Pontos de Cultura.....	46
5.1.5	A diversidade através dos Pontos de Cultura no Brasil.....	47
5.1.2.1	Os Pontos de Cultura ligados à área das Ciências da Informação...	49
5.1.2.2	Instituições arquivísticas como Pontos de Cultura.....	53

6	PONTOS DE MEMÓRIA.....	57
7	PODE O APERS SE TORNAR UM PONTO DE CULTURA.....	61
7.1	A Interdisciplinaridade e o Direito à Informação.....	63
7.2	Apropriação das Ferramentas do Marketing pela Arquivística...	69
7.3	Os Arquivos e o Processo Cultural na Construção de Identidade.....	72
7.4	Para Além do Tradicional.....	75
8	CONCLUSÃO.....	79
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE A.....	85
	APÊNDICE B.....	86
	ANEXO A.....	91
	ANEXO B.....	98
	ANEXO C.....	102

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo monográfico vem trazer a discussão junto ao meio arquivístico, da sua possível ampliação na atuação e contribuição junto ao cenário cultural brasileiro. Para isto, num dos lados da balança se evidencia o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), com sua história, seu acervo e suas contribuições trazidas junto à sociedade gaúcha; doutro lado, abarca-se a realidade da gestão cultural no Brasil, suas práticas de fomento, bem como dos novos programas e mudanças positivas atribuídas à gestão do governo federal dos últimos 8 anos.

Diante desta realidade se questionam e visualizam-se os novos papéis que se somam à arquivística, junto às obrigações tradicionais que de forma alguma devem ser deixadas de lado.

Auxilia neste processo e alavanca o olhar arquivístico, uma sociedade que tanta informação vem demandando, sobretudo e influenciada pelas novas tecnologias informacionais.

1.1 Objetivo geral

Pesquisar o APERS não somente como gestor documental do Rio Grande do Sul, mas, a possibilidade, a partir das experiências do Programa Cultura Viva do governo federal, ser também uma alavanca da cultura na sociedade, usando um formato de Ponto de Cultura, Pontão ou Rede no Estado.

1.1.1 Objetivos específicos

São objetos específicos deste trabalho:

- identificar a participação do APERS através das linhas: acervos, memória e patrimônio cultural dos editais de fomento a cultura;
- visualizar a possibilidade de ver o APERS como ponto de cultura;

- verificar se existem outros arquivos como pontos de cultura a ser seguidos;
- identificar o que seria melhor para o APERS, se Pontão, Rede ou Ponto de Cultura;
- identificar a melhor forma de contribuição cultural do APERS junto à comunidade, aquilo que vem fazendo e que já está sólido.

1.2 Justificativa

Ao se afirmar e ser reconhecido como parte integrante da administração, como coordenador e gestor documental, os arquivos estão, além de reafirmando seu compromisso com uma sociedade ética e transparente, também assumindo seu compromisso no registro às informações orgânicas, aquelas intrínsecas e naturalmente criadas pelo ir e vir de uma gestão, portanto sendo a prova fiel e única dos passos de qualquer instituição, sobretudo, as públicas porque interessam à sociedade.

No entanto, há se visto ainda, pouca preocupação e pretensão, optando-se por um não alinhamento à questão cultural por parte dos arquivos. Enquanto que, por outro lado, bibliotecas e museus, e, sobretudo estes, vem ampliando seu espaço junto à área cultural, o que é extremamente positivo e necessário aos arquivos.

Por representar as atividades orgânicas de uma instituição e estar até mais ligado à administração que à cultura, não quer dizer que os arquivos devam deixar de lado a sua potencialidade cultural; pelo contrário, eles, pela organicidade natural de suas acumulações, representam o ir e vir também de uma sociedade, afinal numa democracia e, mais do nunca nela, o governo é em parte reflexo social.

O Ponto de Cultura é uma ação prioritária do Programa Cultura Viva que se manifesta por iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que ao firmarem convênio com o Ministério da Cultura, por meio de seleção em editais públicos, tornam-se Pontos de Cultura e ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações culturais que já existem nas comunidades e que se transformam a cada instante. Inúmeros são os Pontos de Cultura espalhados pelo país e, com o desenvolvimento do Programa, decidiu-se que era necessário criar mecanismos de articulação entre os diversos Pontos para que este processo ficasse mais coeso,

tivesse mais força política e se interligasse. Constituíram-se, desta forma, as Redes de Pontos de Cultura e os Pontões de Cultura.

O mais interessante nos Pontos de Cultura é que eles não têm um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade, além de representarem um novo conceito da atual gestão cultural em nível federal. É aqui que entra a idéia de ver a contribuição do APERS junto à cultura, muito mais próximo da sociedade, ampliando seu público, e imaginando-o como um possível Ponto de Cultura inicialmente, para alçar vôos maiores posteriormente.

Um aspecto que é comum a todos os pontos está nos conceitos de transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e a comunidade. Para se tornar um Ponto de Cultura é preciso participar da seleção por meio de edital público. Atualmente o governo federal já emitiu quatro grandes editais, no entanto parcerias com os governos estaduais e prefeituras vêm contribuindo para ampliar o programa de forma que qualquer um destes tenham autonomia para lançar edital em parceria.

Quando firmado o convênio com o Ministério da Cultura, o Ponto de Cultura recebe a quantia de R\$ 185 mil, divididos em cinco parcelas semestrais, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil, é utilizado para aquisição de equipamento multimídia em *software* livre, composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que for importante para o Ponto de Cultura.

Ao Ministério da Cultura se atribui a tarefa de agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes. Cabe às áreas interessadas, usar da criatividade e enviar projetos. Mais do que nunca se faz necessário a presença das instituições arquivísticas, reconhecendo aqui que o Brasil vem ampliando rubricas da área cultural, e abrindo espaços, que; por outro lado, os gestores arquivísticos ainda têm demorado a absorver.

1.3 Problema

De que forma o APERS, tornando-se um Ponto de Cultura, pode contribuir e agregar à cultura do Estado do Rio Grande do Sul, já que o APERS é uma

instituição que representatividade estadual e suas instalações físicas se concentram na capital?

Por que um Ponto de Cultura em meio ao APERS? Um Arquivo pode ser um Ponto de Cultura? Há algum Arquivo que seja Ponto de Cultura?

Como o Ponto de Cultura é um programa do governo federal e o APERS representa o governo estadual, a diferença de bandeiras partidárias pode ou não complicar a aceitabilidade da ideia, ainda que o programa contemple instituições por meio de edital.

Estes são alguns questionamentos, peças fundamentais, que colocados na ótica problema, faz-nos alçar vôo, buscando um planejamento para optar qual tipo de gestão arquivística se quer e que se pode desenvolver.

1.4 Hipóteses

Os gestores públicos devem estar atentos às políticas públicas existentes, inclusive e, principalmente, os gestores brasileiros na área dos arquivos na qual cada centavo de orçamento parece encontrar maiores barreiras e dificuldades até o seu destino, independentemente das bandeiras partidárias que possam existir. No entanto, em grande parte dos casos esta evidência ainda parece consistir em um grande entrave.

Constituir um Ponto de Cultura pode ampliar as trocas de experiências culturais, estéticas, sociais, além de contemplar uma gestão compartilhada, empoderar ações e sujeitos que trabalham a música, a literatura, as artes visuais, o teatro, a dança e assim, cada um deles em sua especialidade possam trocar, estender e disseminar suas ações. Mas por que é que os arquivos não são aqui citados? Será que a informação armazenada e, organizada ou não, não representa a cultura de uma sociedade?

Na verdade, os Pontos de Cultura possuem um relacionamento estabelecido com a comunidade, escolas e entidades regionais. Eles têm um reconhecimento da comunidade uma vez que várias das atividades que desenvolvem são abertas ao público. O desafio talvez seja reciclar, renovar e usar a criatividade, mas os arquivos não podem ficar de fora do que é entendido como cultura.

2 METODOLOGIA

Considerando os procedimentos técnicos, esta pesquisa se enquadra como bibliográfica, pois vem sendo construída e elaborada a partir de fontes secundárias, como, por exemplo, material já publicado, constituído-se basicamente de livros, artigos e, sobretudo, material encontrado na Internet. Seu conteúdo versa sobre arquivologia, política e gestão cultural, cadernos técnicos do governo, além de estudar editais de fomento cultural e *marketing*.

Com relação à forma de abordagem do problema, a pesquisa se propõe quantitativa e qualitativa, já que quantifica os pontos de cultura existentes, os editais de área cultural, mas também analisa os dados e os interpreta, inclusive os dados referentes à entrevista concedida pela diretora do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, conforme, ANEXO B.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois construiu hipóteses buscando explicitar o problema do tema proposto.

Quanto à natureza da pesquisa, a mesma é de ordem aplicada, pois procurou gerar processos de finalidade imediata, que é: gerar um conhecimento para aplicação prática e ganhos direcionados às soluções de problemas específicos da área, no caso a atuação arquivística específica, diante de um cenário maior que está compreendido na gestão cultural.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS é um Departamento da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul. Constituí-se pelas: Divisão de Documentação, Divisão de Pesquisa e Projetos e Seção de Apoio Administrativo.

A partir desta estrutura são desenvolvidos serviços diversos com o objetivo precípuo da guarda, manutenção e disponibilização do acervo, a fim de que a comunidade tenha um acesso rápido e facilitado aos documentos. Isto tudo demanda atividades que vão desde a restauração, recuperação e encadernação de documentos; microfilmagem; disponibilização de sala de microfilme de segurança; elaboração de instrumentos de pesquisa; organização e descrição de acervos; informatização; estudos históricos; além de atendimento ao cidadão e aos pesquisadores.

O APERS é, ainda, responsável pela implantação de políticas arquivísticas no Estado, como órgão de Coordenação do Sistema de Arquivo do Estado – SIARQ/RS.

3.1.1 Breve histórico

A criação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul foi determinada em 8 de março de 1906, pelo Decreto Nº 876, do então presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Inicialmente a Instituição se compunha da Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior.

Fisicamente, o funcionamento tem início sete dias após seu nascimento legal. A instalação foi feita, inicialmente, no andar térreo do edifício da Escola Complementar, situado na Rua Duque de Caxias, esquina com a Rua Marechal Floriano Peixoto, onde hoje se encontra a Escola Sévigné em Porto Alegre.

Em pouco tempo o espaço fornecido pela Escola demonstrou ser insuficiente para a guarda dos documentos, que chegavam de todos os cantos do Estado. Procurou-se um novo espaço, sendo então, o Arquivo transferido para o prédio da “Bailante”.

Entre 1908 e 1910, tiveram início as obras que hoje configura o Prédio I do APERS. O projeto foi do arquiteto francês Maurício Gras e coube ao então diretor da Repartição de Obras, Afonso Hebert, a execução. Dois anos depois, em 18 de novembro de 1912, o prédio foi concluído, estando assim, pronto para receber os documentos.

Em função da crescente demanda, em menos de dez anos, o prédio já estava repleto de material oriundo dos diversos municípios do Estado, além da documentação da Capital. Então, em janeiro de 1918, contratou-se os serviços do Sr. Roberto Roncolli para a execução das obras de um segundo pavilhão para o Arquivo.

Novamente, a obra foi feita sob fiscalização de Afonso Hebert, que ainda ocupava a cadeira de diretor da Repartição de Obras Públicas. O projeto e o material utilizado foram os mesmos do primeiro pavilhão, o que permitiria uma harmonia técnica e estética no conjunto arquitetônico. Um ano e meio após seu início, em 10 de junho de 1919, finalizaram-se as obras do Prédio II.

Em 1925, a 2ª seção – Arquivo Histórico e Geográfico - foi transferida para o Museu Júlio de Castilhos, vindo a formar o Departamento de História Nacional, que, posteriormente, transformou-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Com o passar do tempo, as questões decorrentes do constante recebimento de material, como a capacidade e as condições de armazenamento da documentação, tornaram-se um problema. Uma saída encontrada foi transferir parte da Instituição para uma casa na rua Riachuelo. Esta casa ocupava o local onde hoje está o Prédio III. Desta forma, os dois pavilhões seriam lotados, exclusivamente, por documentos, enquanto a administração alojar-se-ia, em frente aos prédios, na referida casa.

A partir de 1947, tem início um novo período de atenção em relação ao Arquivo. O direcionamento de verbas para encadernação e fotocópias, buscava sanar algumas questões relativas à preservação. Cabe ressaltar que, deste período, até a década de 1970, a ideia da microfilmagem foi recorrente como solução para o problema da falta de espaço.

Em 1948, numa mensagem à Assembléia Legislativa, o então Governador Walter Jobim, relatou que a providência de maior vulto fora a liberação de verbas para a construção de um novo prédio para o Arquivo. A edificação seria destinada, especificamente, para abrigar as atividades administrativas e técnicas da Casa. Tais obras iniciaram em 1948, tendo sido concluídas em 1950.

Cabe salientar que, dada a conclusão do Prédio III, este foi imediatamente ocupado pela escola Júlio de Castilhos, cuja sede havia sido assolada por um incêndio. Com a saída desta, o prédio passou a ser ocupado pela Secretaria da Administração, que aí ficou até 1981. Com a mudança da Secretaria para o novo Centro Administrativo, apesar da reivindicação de posse, instalou-se, no prédio, a Junta Comercial, que ali permaneceu até o ano de 1999. Ou seja, somente após 48 anos, o prédio finalmente foi ocupado pelos funcionários do Arquivo.

A partir de 1999, pôde o Arquivo efetivar sua configuração física, sendo composto pelos três prédios construídos e destinados especificamente para tal função.

3.1.2 Acervo

O acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul é constituído de documentos referentes ao:

Poder Judiciário: O acervo documental recolhido das esferas Federal e Estadual constitui-se de processos judiciais, de 1763 a 1980, totalizando 6.000.000 de documentos ou 1.726 metros lineares. O quadro de arranjo constitui-se de 103 fundos, considerando-se “fundo” a comarca de cada município. A codificação dos Fundos é numérica crescente, sendo ordenados nas estantes pelo método geográfico. O acervo é de caráter permanente e constitui-se em fontes primárias e únicas para pesquisa. Em fase de reorganização, acondicionamento, informatização e elaboração de instrumentos de pesquisa.

Poder Executivo: Este acervo documental recolhido é constituído de documentos produzidos pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, datados de 1868 a 2003, totalizando 701,24 metros lineares. O quadro de arranjo

constitui-se de fundos, considerando-se “fundo” as secretarias de Estado, autarquias, fundações e empresas de economia mista. O acervo é de caráter intermediário e permanente, avaliado e organizado parcialmente.

Tabelionatos: O acervo documental constitui-se de livros notariais, datados de 1763 a 1985, totalizando 39.404 livros notariais ou 1.128,12 metros lineares. O quadro de arranjo constitui-se de 95 fundos, sendo que cada tabelionato constitui um fundo documental. A codificação dos fundos é numérica crescente, sendo ordenados nas estantes pelo método geográfico. O acervo está descrito, seguindo o modelo adotado pela Norma Geral e Internacional de Descrição Arquivista (ISAD G), optando pela descrição multinível, que parte do geral para o particular, sendo o primeiro que reúne os documentos dos Tabelionatos da capital do Estado. O acervo é de caráter permanente e constitui-se em fontes primárias e únicas para pesquisa.

Registro Civil: O acervo documental constitui-se de:

Livros de registros de nascimentos, casamentos e óbitos, datados de 1929 a 1975. O quadro de arranjo constitui-se de 195 fundos, considerando-se “fundo” o Cartório de cada município. A codificação do Fundo é numérico crescente, sendo ordenados nas estantes pelo método geográfico. Totalizando 8.000.000 de certidões.

Processos de habilitação de casamento, datados de 1890 a 1985 totalizando 134.806 documentos distribuídos em 1.440 metros lineares. O quadro de arranjo constitui-se de 71 Fundos, considerando Fundo o Cartório de cada Município. O acervo é de caráter permanente e constitui-se em fontes primárias e únicas para pesquisa, no período abrangido pela documentação. Os processos de habilitação de casamento estão informatizados e disponíveis portal do APERS.

Poder Legislativo: O acervo documental constitui-se de processos com propostas para criação, incorporação, fusão e desmembramentos de municípios, que datam de 1953 a 1995, totalizando 142 m lineares de documentos. O quadro de arranjo constitui um fundo documental, ordenado nas estantes pelo método cronológico. O acervo por se tratar de um fundo aberto foi ordenado fisicamente pelo método cronológico por data de abertura do processo. O acervo é de caráter permanente e constitui-se em fontes primárias e únicas para pesquisa.

3.1.3 Serviços oferecidos e atividades desenvolvidas junto à sociedade gaúcha

Os serviços que se referem à consulta documental acontecem de forma física, bem como à distância, no que o APERS chama de balcão virtual. São eles:

Atendimento ao Cidadão: Fornecimento de cópias autenticadas gratuitas de certidões de nascimento, casamento, óbitos, inventários, escrituras, etc.

Atendimento ao pesquisador: disponibilização de fontes primárias, para consulta local, a historiadores, acadêmicos, genealogistas e demais interessados.

Políticas de Arquivo para o Estado: Sistema de Arquivo do Estado – SIARQ/RS. Gestão documental, envolvendo toda a administração direta, com as seguintes atividades técnicas: levantamento da produção documental, avaliação, arranjo, classificação, descrição e preservação. Em parceria com a FAMURS, implementação de políticas de arquivo para os municípios.

Complexo Arquitetônico: O Arquivo forma um conjunto arquitetônico composto por três construções: um prédio para abrigar as atividades administrativas e técnicas, e dois pavilhões construídos respectivamente em 1910 e 1920, com características específicas para armazenamento de documentos: possuem teto em forma de abóbada, paredes com espessura entre 0,90 e 1,5 metros, estantes de ferro revestido por cimento, piso de ferro vazado sobre o qual deslizam escadas móveis de ferro e exaustores elétricos. Essas atribuições técnicas asseguram o melhor controle da circulação de ar e da temperatura ambiental, além contribuir para a prevenção de incêndios. Em 1991, este conjunto foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Estado – IPHAE.

Visitas Guiadas: Arquivo Público do Estado, que foi criado em 1906 possibilita ao visitante apreciar um complexo arquitetônico formado por dois prédios em estilo neoclássico, projetados para a guarda e conservação de documentos, tendo como principais características: paredes espessas que ajudam a manter constantes a umidade e a temperatura; prateleiras de ferro e cimento armado; piso de ferro vazado e exaustores para renovação do ar. Poderão ser vistos um túnel histórico e uma imponente escada que dá acesso à Assembléia Legislativa.

Fazem parte, ainda, o prédio da Administração e o Espaço Cultural do APERS, que se constitui: do Espaço Joél Abílio Pinto dos Santos; do Auditório

Marcos Justo Tramontini, da Sala Borges de Medeiros, além do jardim que ornamenta a Instituição.

O APERS possui em torno de 5.300 metros lineares de documentos pertencentes aos acervos do Judiciário, Registro Civil, Executivo, Legislativo e Tabelionatos.

As visitas deverão ser sempre precedidas de agendamento prévio, pelo e-mail visitas@sarh.rs.gov.br ou no portal www.apers.rs.gov.br.

A seguir são apresentados alguns projetos do APERS:

Voz que conta e imagens que revelam: direitos humanos e ditadura civil-militar.

Sequência de palestras e painéis dentro do “guarda chuva” de dois projetos culturais, denominados: Descobrimo o Arquivo Público e Ação Educativa.

Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul.

Projeto Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul: concluída a catalogação dos inventários post-mortem. Foi concluída no mês de novembro de 2009 a catalogação dos inventários referente à parte do Projeto Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul. Esse projeto tem como objetivo promover o acervo documental custodiado pelo APERS e explorar o vasto potencial da documentação referente à temática da escravidão. Para isso, é proposto o mapeamento de todos os documentos e a criação de um catálogo seletivo referente à temática no estado. Nesse catálogo, os documentos são descritos de forma minuciosa, gerando uma sistemática de verbetes individualizados.

A análise dos inventários vem a somar-se com os trabalhos já produzidos com as cartas de alforria e registros de compra e venda de escravos. Na atual etapa foram manuseados cerca de 40 mil processos, selecionados entre os anos de 1763 e 1888, dos quais 16.136 foram catalogados contendo referências a escravos. No total, foram registrados e inseridos nos verbetes aproximadamente 110 mil escravos arrolados nesses inventários. Dentre as informações extraídas da documentação, encontramos: identificação do processo (data e numeração), nome do inventariado,

nome e características dos escravos (cor, idade, origem, filiação, profissão, doenças e outras informações), além do preço dos mesmos.

A equipe do projeto conta com a participação de 18 estagiários do curso de história e áreas afins de diversas universidades da região de Porto Alegre (UFRGS, PUC-RS, UNILASSALE e FAPA), além de um coordenador, contratados desde fevereiro de 2009.

Este projeto é uma parceria do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e da Associação dos Amigos do Arquivo Público, contando com o patrocínio de PETROBRÁS, CORSAN, CRM, Sulgás, Caixa RS e BRDE.

Oficina "Tesouros da Família Arquivo"

A oficina de educação patrimonial 'Os Tesouros da Família Arquivo', desenvolvida para o público escolar entre a 5ª e a 7ª série do ensino fundamental. Esta oficina é oferecida todas as terças e quintas-feiras, nos turnos da manhã e da tarde. Os educandos passam um turno no APERS discutindo, aprendendo e refletindo a respeito de patrimônio, memória, identidade e cidadania, de maneira lúdica e dinâmica, a partir de diversas atividades como pesquisa histórica, teatro e caça ao tesouro, tudo com base em documentos do acervo da própria instituição, focados na temática da escravidão.

Associação dos Amigos do APERS

A associação foi criada em 1994, com o objetivo de despertar o interesse dos cidadãos e da sociedade, para o conhecimento da herança cultural documentada, apoiando os projetos de melhoria de instalação e preservação do acervo, maior comodidade e satisfação do usuário do Arquivo, bem como o apoio às atividades científico-culturais da Instituição. Neste ano a Associação dos Amigos do Arquivo Público comemora no dia 24 de setembro seus 16 anos de existência.

Nesse sentido destaca Bellotto (2004, p. 229)¹: "... as sociedades de amigos do arquivo. Sua independência jurídico-financeira proporciona meios de sustentar as iniciativas do arquivo público".

¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 229.

Oficinas de Gestão de Equipamentos Culturais Públicos do RS

Oficinas destinada as áreas de Arquivos, Bibliotecas e Museus. Os módulos são ministrados, entre outros locais, no Auditório “Marcos Justo Tramontini”, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

VII Mostra de Pesquisa do APERS

A Mostra de Pesquisa é um projeto da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, realizado por meio do Arquivo Público do Estado do RS - APERS, que consiste em: Oportunizar espaço para divulgar a recente produção intelectual das ciências humanas, promovendo a interação entre a comunidade pesquisadora; Incentivar a utilização de fontes primárias documentais arquivísticas em trabalhos de pesquisa; Divulgar locais de pesquisas e seus respectivos acervos documentais.

Enquanto que a Mostra de Iniciação à Pesquisa para estudantes do Ensino Médio foi criada no intuito de: Estimular o aluno a freqüentar as instituições de pesquisa; Oportunizar uma melhor interação entre aluno, professor e instituição de pesquisa; Iniciar o aluno na produção do conhecimento científico; Construir um canal de diálogo entre a Academia e a Escola.

A Mostra está aberta aos acadêmicos de graduação e pós-graduação, e pesquisadores da área de Ciências Humanas, além, dos estudantes de nível médio, com exceção de funcionários do APERS e seus familiares.

O interessado participará enviando um artigo ou pôster, ou os dois.

O APERS normalmente providencia a publicação dos anais da Mostra de Pesquisa, composto dos artigos e dos resumos dos pôsteres.

Outro intuito do APERS é que os artigos selecionados sejam apresentados em evento exclusivo para este fim, organizado pelo próprio APERS.

4 A GESTÃO CULTURAL BRASILEIRA: POR UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS ARQUIVOS

A história de vida da política cultural brasileira enquanto gestão estatal é extremamente recente como instituição, já que a independência cultural foi tardia, prevalecendo anteriormente no Brasil, tudo o que vinha de fora do país. Foi somente em 1922 que, com o acontecimento da semana de arte moderna de São Paulo, intelectuais e artistas se debelaram contra essa situação, defendendo uma produção própria e um reconhecimento nacional.

Então assim, somente 63 anos depois, em 1985 era criado o Ministério da Cultura, através do Decreto Nº 91.144, evidenciando, segundo João Borges Fº (2010)², maior reconhecimento à área que anteriormente mais estava presa a alguma política pragmática, assistencialista e quando não raro autoritarista dos tantos governos que se sucederam como Getúlio Vargas, João Goulart, JK, Militares, entre outros.

Mas no que se entende por um novo modelo de visão a respeito da cultura, os méritos da transformação deste tema no Brasil, pode-se creditar a gestão federal dos últimos oito anos.

É nesse momento histórico que o conceito de cultura é ampliado e as políticas culturais passam a abarcar, não somente a cultura erudita, mas as diversas culturas construídas no cotidiano brasileiro, como a africana, a indígena e a popular.

Segundo João Borges Filho (2010)³: é justamente nos últimos oito anos que, em nível federal, acontece uma reavaliação do que seria a identidade nacional brasileira, onde a mesma passa a apontar para o pluralismo e a incorporação de expressões culturais que historicamente sempre estiveram excluídas. E entre a mudança conceitual mais importante está o reconhecimento do Estado não como produtor dos bens culturais, mas de incentivador e parceiro na criação de condições para que isso ocorra, fornecendo meios para que a produção dos mais variados segmentos sociais se estabeleça e seja difundida num Brasil cultural que atualmente

² BORGES FILHO, João N. **POLÍTICA CULTURAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:** os casos das Universidades Federal e do Estado do Amapá – UNIFAP E UEAP, 2010. Disponível em: <http://www.politicasuece.com/v6/admin/publicacao/JOAO_NASCIMENTO_BORGES_FILHO.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.

³ Ibidem.

vem passando a conhecer suas verdadeiras fronteiras, para além do eixo “Rio-São Paulo”.

Essa concepção pode também ser evidenciada pelo apoio obtido pelos museus junto esta gestão. Em 2003, a publicação Política Nacional de Museus relata o momento vivido:

Um dos maiores compromissos do MinC ao longo dos próximos anos, sob o comando do Ministro Gilberto Gil, será a construção coletiva no Brasil de uma ampla e democrática rede de políticas culturais, articulada em torno de princípios participativos e transparentes. Esta rede deverá ser a base de um Sistema Nacional de Política Cultural, inovador na história da política cultural brasileira e herdeiro daquilo que tivemos de melhor nesse campo desde os tempos de Mario de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Trata-se de uma ação ousada do governo Lula, pois elevará significativamente o patamar desta política, estratégica para o desenvolvimento do Brasil, tanto em termos sociais, econômicos, políticos, ambientais, quanto de afirmação positiva da nacionalidade brasileira, fincada nos marcos profundos da enorme diversidade étnica e cultural do nosso povo. (BRASIL, 2003, p. 6)⁴

Numa sociedade tão rica e diversificada como a brasileira, o papel dos arquivos é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como ferramenta de melhoramento do próprio processo democrático brasileiro.

A informação contida nos arquivos brasileiros seja pública; seja privada, permeia todos os setores da sociedade e retratam as decisões e atividades governamentais, parlamentares e judiciárias, bem como das práticas culturais e políticas dos grupos sociais. As condições atuais que caracterizam os serviços arquivísticos no Brasil exige uma nova postura que se contraponha ao modelo tradicional de arquivo.

A implementação de uma política arquivística em nível nacional deve passar por uma estratégia do profissional arquivista que foque a disseminação de informações e para cumprir esse papel os arquivos devem estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, pois ao disseminar informações deverá fazê-lo de forma ampla e democrática, contemplando as diferenças na sociedade.

Acredita-se que a busca por novos usuários de arquivo em meio às facilidades das tecnologias informacionais podem impulsionar mudanças na

⁴ BRASIL. IBRAM. **Política Nacional de Museus**: memória e cidadania. 2003, p. 6. Disponível em: <http://www1.museus.gov.br/IBRAM/doc/publicacoes/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em: 09 out. 2010.

realidade arquivística nacional, sobretudo pela facilidade via *web*. A digitalização de acervos, as mostras virtuais, entre tantas atividades possíveis não só podem contribuir a uma realidade de combate a desinformação, mas revolucionar, aliando-se a entidades como escolas, por exemplo, num processo que é bem mais amplo e interessante.

4.1 O Fomento cultural no País e as novas propostas: Procultura e Vale-Cultura

As políticas públicas de cultura envolvem muitas situações e atores em seus sistemas de elaboração e direcionamento. A abrangência desse processo que, vai desde os elementos culturais ligados às tradições populares à emergência das novas tecnologias no campo das produções, muitas vezes atrapalha a descoberta do melhor formato no planejamento à seleção para que os investimentos relacionados às políticas culturais sejam empregues de forma eficaz e eficiente.

A importância do financiamento pelo setor público se justificaria por vários motivos. A criação de fundos num país como o Brasil, heterogêneo e profundamente desigual, é de importância estratégica para que a contemplação das diferenças da produção cultural brasileira seja exercida em sua plenitude.

A gestão de José Aparecido de Oliveira, primeiro Ministro da Cultura, inaugura um novo modelo sobre a produção da cultura. É com a Lei Nº 7.505 de 1986, conhecida como Lei Sarney, que o governo passa a estabelecer relações mais diretas entre o Estado e a iniciativa privada, usando o fundo ministerial, via renúncia fiscal para investimentos em cultura. O mecanismo recebe críticas por evidenciar o neoliberalismo na política da época, onde se transfere totalmente à iniciativa privada o poder de decisão sobre os investimentos públicos na área da cultura, sem que se tenha nenhum julgamento meritório sobre o valor cultural do projeto e sua importância estratégica.

Já em 1.990, essa Lei é revogada pelo então presidente Fernando Collor de Mello e, a pasta da Cultura é rebaixada ao nível de Secretaria da Cultura, subordinada diretamente ao próprio presidente.

Mesmo com a terrível situação da cultura à época, paradoxalmente, é nesta gestão que surge um novo projeto de lei, apresentado pelo então Secretário de Cultura do Governo Federal de 1990 a 1992, Sérgio Paulo Rouanet, constituindo

assim a Lei Rouanet, que representou um grande passo no fomento à cultura no país.

A Lei Rouanet, não traz somente a política de incentivos fiscais, ela enquanto, Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/1991), passa a ser formada por três mecanismos, que são: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART).

A Lei Rouanet trouxe avanços sobre a antecessora, em especial quanto ao rigor no controle dos incentivos fiscais; no entanto também vem sendo falha, problemática e contestada, sobretudo, pelos produtores culturais.

Uma das provas dessas falhas da lei está na situação que, em sua grande parte, os projetos aprovados pela Lei Rouanet como, por exemplo, em 2003, afirma Reis (2007)⁵, São Paulo e Rio de Janeiro demandaram sozinhos 56% dos recursos totais, e a região norte e nordeste, por exemplo, ficaram com o menor quinhão.

Apesar de considerar e reconhecer na Lei Rouanet um importante mecanismo de apoio à cultura, o Ministério da Cultura, dos últimos oito anos, somado à classe de artistas, empresários, produtores e gestores culturais chegaram à conclusão de que a presente lei estava muito distorcida, que era concentradora e que não contemplava uma cultura brasileira para além do sudeste. Necessitando imediatamente de uma reciclagem, ou seja, uma reforma.

Então, após longo debate durante vários anos junto à comunidade, foi assinado pelo presidente Lula, o Projeto de Lei Nº 6.722/2010 que substitui a Lei Rouanet (Lei Nº 8.313/1991), pelo denominado Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura, e que tramita no Congresso desde 27 de janeiro de 2010 quando foi encaminhado, aguardando apreciação desta casa. Paralelo a este projeto também aguarda apreciação do congresso outra medida da gestão federal de 2010 que é o Projeto de Lei Nº 5.798/09, a qual institui o Vale-Cultura.

4.1.1 Fundo Nacional de Cultura

O Fundo Nacional de Cultura (FNC) é o mecanismo de financiamento que possibilita ao Ministério da Cultura investir diretamente nos projetos culturais,

⁵ REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura.** Barueri: Manole, 2007.

mediante a celebração de convênios e outros instrumentos similares. Possibilitando o financiamento de até 80% do projeto, sendo os 20% restantes contrapartida do proponente. Mas qual o problema do fundo? De fato não há problema, este vem sendo o modelo com maior aceitação no Brasil pelos produtores culturais, no entanto o atual peso orçamentário deste é extremamente menor que o agregado pelas Leis de Incentivo, vista com temor por qualquer produtor cultural no Brasil, a menos que o produtor seja parte dos grandes conglomerados, a saber: Fundação Itaú-cultural, Fundação Roberto Marinho, etc.

Em artigo à revista Interesse Nacional (2009, não paginado)⁶, o ex-Ministro da Cultura, Juca Ferreira, expõe sobre a atual posição do Ministério da Cultura e o seu apoio preferencial ao FNC:

Pretendemos redistribuir essas proporções de forma a tornar a renúncia fiscal um mecanismo secundário e o FNC, o principal mecanismo de investimentos do MinC, como é na maioria dos países com políticas culturais sólidas. De acordo com a proposta, o FNC ganha nova força e representatividade e passa a ser orientado por conselhos paritários, e não mais exclusivamente pelo governo. Também passa a ter mais recursos e formas de financiamento e, portanto, mais oportunidades para contribuir com o desenvolvimento e a diversidade da cultura brasileira. Hoje, por exemplo, o FNC não pode fazer investimentos com participação em resultados econômicos dos projetos apoiados ou transferir recursos para outros fundos públicos, estaduais ou municipais. De acordo com a proposta do MinC, o FNC passa a contar com essas e outras novas formas de investimento, com mais estrutura e capacidade para atender mais às demandas da sociedade brasileira. Para se ter uma ideia, hoje o FNC consegue atender apenas a 5% do total de projetos recebidos. Encontra-se amorfo e atrofiado. Ainda assim, está em seu melhor momento histórico, já que cresceu seis vezes desde o início do governo, saindo de R\$ 46 milhões, em 2003, para quase R\$ 290 milhões. Apenas entre 2008 e 2009, dobraram os investimentos programados.

Neste novo modelo, o FNC contará com nove fundos setoriais, representando vários segmentos culturais, como: Fundo das artes visuais; fundo das artes cênicas; fundo da música; fundo do acesso e diversidade; fundo do patrimônio e memória; fundo do livro, leitura, literatura e humanidades; fundo de ações transversais e

⁶ FERREIRA, Juca. Uma Lei à Altura da Cultura Brasileira. **Revista Interesse Nacional**. 2009. Não paginado. Disponível em: <http://interessenacional.com/artigos-integra.asp?cd_artigo=42>. Acesso em: 11 out. 2010.

equalizações; fundo do audiovisual (já criado pela Lei Nº 11.437/2006) e o fundo de incentivo à inovação do audiovisual.

Desta maneira, nota-se um avanço nas mudanças, sobretudo porque os recursos diretos a cada ano vêm sendo ampliados, fazendo deste mecanismo, um verdadeiro caminho à cultura nacional.

Diretamente a área de acervos segue contemplada através do fundo de patrimônio e memória, mas o apoio pode-se dar indiretamente por um fundo, por exemplo, de audiovisual, dependendo do produto cultural a ser produzindo, dependendo única e exclusivamente da criatividade do produtor e da comunidade cultural.

4.1.2 Fundo de Investimento Cultural e Artístico

O Fundo de Investimento Cultural e Artístico é um fundo de recursos, constituído por meio de quotas, na forma de fundos de investimentos e destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos. As quotas do FICART, emitidas sempre sob a forma nominativa ou escritural, constituem valores mobiliários sujeitos às normas gerais aplicáveis aos fundos de investimentos. Compete à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração do FICART através de instruções específicas.

O FICART já existia na Lei Rouanet, no entanto nunca saiu efetivamente do papel por falta de interesse das empresas. A nova lei, portanto, propõe um aumento da sua atratividade com maior dedução fiscal, de modo que seja mais uma alternativa àqueles projetos que já evidenciam chances de retorno financeiro como produção comercial de instrumentos musicais, discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas; produção comercial de espetáculos de teatro, dança, música, canto, circo e demais atividades congêneres; edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de referências e outras de cunho cultural, entre outras.

4.1.3 Mecenato

É o apoio conferido por pessoas físicas ou jurídicas contribuintes do imposto sobre a renda a projetos culturais aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), destinando ou aplicando parte do imposto devido em favor desses projetos.

O incentivador é o contribuinte do Imposto de Renda (IR) – ou de proventos de qualquer natureza (pessoa física ou jurídica) – que efetua doação ou patrocínio em favor do proponente. As doações ou patrocínios estão amparados pelo artigo 18 da Lei Nº 8.313/1991, que permite dedução de 100% do valor de incentivo até o limite de 6% do imposto devido, ou no artigo 26 da mesma lei, que tem alíquota específica para pessoas físicas (80% de dedução do IR quando feito via doação e 60% por patrocínios) e jurídicas (40% de dedução para as doações e 30% para os patrocínios), até 4% do imposto devido.

A renúncia fiscal é o montante de recursos que deixaram de ser arrecadados pelo governo federal, ao passo que o “dinheiro novo” corresponde a recursos próprios do incentivador e não deduzidos do imposto devido.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2008, p. 124)⁷:

Em 2006 foram captados R\$ 837,9 milhões, sendo R\$ 742,9 milhões provenientes de renúncia e R\$ 94,9 milhões de recursos privados. Dos montantes apresentados, o segmento das artes cênicas propôs projetos que corresponderam a 21% dos recursos; o de música, a 18%; e o de patrimônio, a 17%. Seguem-se o de artes integradas, com 12%; o de audiovisual, com 12%; o de humanidades, com 11%; e o de artes plásticas, com 9%.

Atualmente, a Lei Rouanet tem um formato rígido, que permite apenas duas cotas de renúncia 30% ou 100%, para pessoas jurídicas. Determinando inclusive que somente algumas expressões artísticas têm direito a acessar os 100% de renúncia.

⁷ BRASIL. IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. 2008, p. 124. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/07_cultura.pdf>. Acesso em: 5 out. 2010.

Uma das grandes questões acerca da eficácia das leis de renúncia fiscal em favor do investimento à cultura são justamente os desequilíbrios regionais causados por tal mecanismo do mecenato. Por exemplo, a região sudeste do Brasil é responsável por mais de 50% do Produto interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com isso o poder econômico dessa região é muito forte. Em compensação as regiões do norte e do nordeste não possuem o mesmo poder econômico e nem são as maiores detentoras do capital privado. As regiões onde as grandes empresas estão concentradas são favorecidas enquanto as regiões mais distantes do capital privado ficam às margens da captação de recursos. Mesmo sem uma alta concentração do capital, as regiões brasileiras distante do sudeste do país, possuem uma riqueza cultural imensurável, o norte e o nordeste do Brasil são ricos em manifestações culturais locais, artesanato, música, folclore e afins, que naturalmente não são foco de interesse dos conglomerados empresariais. Então, o que acontece é que, por questão de *marketing* e visibilidade, as grandes empresas investem seu capital em projetos que estão concentrados nos grandes centros comerciais e por isso as regiões com pouco espaço no mercado nacional acabam por não receber recursos de investidores privados.

O desequilíbrio regional causado pela Lei Rouanet nas questões referentes à renúncia fiscal justifica a necessidade da presença do Estado como regulador e responsável pela distribuição de recursos para projetos culturais em regiões onde o capital privado não vê interesse.

Na proposta de reformulação pelo Ministério da Cultura, gestão 2003 - 2010, o mecanismo continua existindo, assim como a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), a qual analisa os projetos. A única mudança é que, em vez de apenas ter duas faixas – de 30% e 100% – passa a ter mais quatro – 60%, 70%, 80% e 90%.

A Lei vai definir quais os critérios serão usados pela CNIC, que, além de analisar aspectos orçamentários do projeto, vai analisar em qual faixa ele se encaixa.

Segundo Renato Moraes (2009)⁸, em seu artigo Mecenato e a nova Lei Rouanet, objetivo da mudança é permitir uma maior contribuição das empresas, já que hoje, de cada R\$ 10 investidos pela Rouanet, R\$ 9 são públicos.

4.1.4 Vale-Cultura

Uma das novas proposições da gestão do Ministério da Cultura, gestão 2003 - 2010, juntamente da reforma da Lei Rouanet. O vale que será repassado ao trabalhador traz o valor mensal de cinquenta reais. Onde o governo dará renúncia fiscal para 30% de seu valor, o empregador pagará 50% do valor e o trabalhador, 20%. O Vale Cultura, criado por lei específica, poderá ser utilizado para acesso a artes visuais; artes cênicas; audiovisual; humanidades; música; e patrimônio cultural.

O cálculo do governo é que o Vale Cultura tem potencial para atingir 12 milhões de pessoas, volume de pessoal representado por quem está empregado nas empresas de lucro real. A proposta tem intuito de facilitar o acesso a atividades culturais para quem geralmente não pode pagar por um ingresso de teatro ou por um livro, o Vale-Cultura deve ser uma potente alavanca para a economia da cultura. Estima-se que se todos os 12 milhões de trabalhadores que tenham direito ao Vale-Cultura fizerem uso dele, serão R\$ 600 milhões por mês injetados diretamente na economia da cultura.

4.2 Os principais editais junto à área de acervos arquivísticos

Entre os patrocinadores e apoiadores culturais que possuem uma política de apoio cultural sólida dentro da sua instituição e com espaço a projetos com acervos documentais, podem ser citados aqui, dentre outros, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, BNDES, ADAI / Espanha, Instituto Votarantim. A seguir pormenores destes patrocinadores e apoiadores culturais.

⁸ MORAES, Renato. **Mecenato e a nova Lei Rouanet**. 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/10/02/mecenato-e-a-nova-lei-rouanet-artigo/>>. Acesso em: 30 set. 2010.

Caixa Econômica Federal – Caixa Cultural com o Programa Caixa de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro.

Este programa visa assegurar a acessibilidade e a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Dirige-se a museus e arquivos públicos, os quais poderão se beneficiar com o patrocínio, devendo apresentar os seguintes requisitos: Ser pessoa jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos, com atuação pública, que abriguem acervos artísticos, históricos, bibliográficos, documentais, etnográficos, antropológicos, iconográficos, de relevância nacional e/ou regional, que estejam habilitadas a desenvolver ações localizadas de guarda e exposição desses acervos à sociedade.

Para o financiamento os proponentes deverão indicar a preferência quanto às fontes de recursos, se dotação Caixa Federal ou então Lei Federal de Incentivo à Cultura, respeitado o valor máximo de 400 mil reais por projeto.

Contempla, entre outros processos, os serviços de digitalização de acervos.

Petrobrás – através do programa Petrobrás Cultural. A linha de atuação do programa é preservação e Memória. Que visa conceder apoio a projetos de resgate, pesquisa, preservação e organização de acervos, proporcionando a democratização do acesso aos mesmos. O Programa prioriza seu apoio a projetos que envolvam obras e documentos de valor inestimável, sob o ponto de vista histórico e cultural, que se encontram à margem do alcance público e ameaçados de perdas irreversíveis.

Apoio destinado a museus, arquivos e bibliotecas. Contemplando tratamento técnico, acondicionamento e medidas de conservação preventivas de acervos e conjuntos documentais, visando à sua preservação e acesso. Também pesquisa, catalogação e criação de bases de dados para o compartilhamento de informações; restauração de documentos ou obras relevantes do acervo, desde que mediante justificativa fundamentada, quando houver risco de danos irreversíveis; publicação da produção intelectual e científica específica dos museus, arquivos e bibliotecas, bem como, concepção, montagem e circulação de exposições dos acervos pertencentes a museus, arquivos e bibliotecas.

Como método de financiamento cada projeto inscrito nesta Área poderá solicitar valores de até 700 mil reais, devendo o valor total do projeto incluir todos os impostos e tributações incidentes, de acordo com a legislação vigente.

Banco Nacional do Desenvolvimento Economico e Social – BNDES, através da sua seleção pública de projetos de preservação de acervos. Visa selecionar projetos a receber colaboração financeira para a preservação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Destina-se apoiar museus, arquivos e bibliotecas. Contemplando catalogação; higienização e acondicionamento; restauração; gerenciamento ambiental; instalação de sistemas de segurança; infraestrutura; e visitação.

No seu modelo de financiamento o BNDES buscando ampliar a possibilidade de apoio a investimentos de escopo mais abrangente, admitiu a inscrição de duas modalidades de projeto: Individual, com foco em um único acervo; e Âncora que pode buscar replicar o apoio em diversos pontos de uma rede de ação ou em acervos independentes, aglutinados por algum elemento comum (temática; geográfico; necessidade de ações comuns de preservação).

Cada proponente pode apresentar somente um projeto em cada modalidade. E o valor total do Programa de Preservação de Acervos 2010 é de até R\$ 24 milhões, considerando a periodicidade bienal. Já o valor da colaboração financeira por operação será de, no máximo, R\$ 1 milhão para Projeto Individual e R\$ 5 milhões para Projeto Âncora.

Agencia para el Desarrollo de Archivos Iberoamericanos - ADAI do Ministerio de Cultura da Espanha. Visa à melhor conservação do patrimônio arquivístico iberoamericano, sua preservação e sua difusão. É um edital que já existe a 12 anos. Contempla projetos arquivísticos que trabalhem em prol da melhor organização, conservação e difusão do patrimônio documental iberoamericano. Também terá maior peso os projetos arquivísticos relacionados com a mulher, o mundo indígena e o afroamericano, a guerra civil espanhola, o exílio espanhol, bem como os direitos humanos e os relativos aos processos de independência iberoamericano. A ADAI financia 17.000 euros devendo este valor não exceder em nenhum caso os 80% do custo total do projeto. Bem como o proponente deve arcar com os 20% do custo total do projeto.

Instituto Votorantim - Visa democratização cultural tendo como principal foco do investimento social do grupo o jovem, com idade entre 15 e 29 anos. O Programa de Democratização Cultural Votorantim beneficia todas as formas de manifestação artística e áreas culturais, tais como: artes visuais; artes cênicas; música; literatura; cinema e vídeo; e patrimônio. Dentro desse contexto, são priorizadas iniciativas enquadradas em três eixos fundamentais:

Exibição, circulação, difusão, formação de público, distribuição e programação cultural: projetos que tenham como objetivo principal oferecer, facilitar e qualificar a fruição artística pelo público beneficiado.

Capacitação de mediadores: projetos que tenham como objetivo principal a formação e/ou capacitação de mediadores ou arte-educadores que facilitem o acesso de jovens a atividades culturais.

Estímulo à vivência cultural e formação artística: projetos que permitam ao público beneficiado vivenciar o fazer artístico, sejam por meio de oficinas, cursos ou outras atividades de caráter educativo e/ou profissionalizante. É imprescindível que os projetos submetidos tenham a população jovem como prioridade.

Seu modelo de financiamento é através do investimento de R\$ 4 milhões que é destinado a 16 projetos das mais diversas áreas culturais e de todas as regiões do País.

Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre – FUMPROARTE. Trata-se de edital com 17 anos que tem por objetivo estimular a produção artístico-cultural da cidade, através de financiamento direto, a fundo perdido, de até 80% do custo total dos projetos de produção ou sem limite previsto dos projetos de criação, formação, estudo ou pesquisa.

Dirige-se às áreas de música, circo, dança e teatro, folclore, humanidades e literatura, artes plásticas, audiovisual e fotografia.

Como método de financiamento a distribuição dos recursos é definida mediante concurso público, realizado pela Secretaria Municipal da Cultura, perante um montante maior de recursos orçados pela secretaria de cultura municipal. São abertos dois concursos ao ano.

Este edital é importante e se faz necessário mencioná-lo aqui em função de ser um fundo municipal, de fácil trato com os produtores culturais, que é exemplo pra

outros modelos de fomento cultural que ainda virão e que tem recebido, a cada ano, mais apoio orçamentário, chegando hoje praticamente ao R\$ 2.000.000,00 anuais (FUMPROARTE, 2010)⁹.

4.2.1 A presença do APERS nos editais

A atividade de elaborar projetos é simbólica, intencional e intrínseca do ser humano. Por meio dela o homem busca a solução de seus problemas e desenvolve um processo de construção do conhecimento. A vida é um projeto em permanente atualização e segundo Machado (2000, p. 32)¹⁰:

Sonhos, ilusões e particularmente as utopias são essenciais para alimentar a imaginação no caminho para a elaboração de projetos. É justamente o caráter operatório que instrumentalizam as ações transformadoras e apontam no sentido de sua realização, uma utopia não considera sequer a discussão sobre os caminhos da impossibilidade de sua realização.

Com os projetos arquivísticos não é diferente, sobretudo nos de contribuição cultural. É necessário que o profissional responsável por essa etapa se envolva, pois projetar é atirar uma pedra ao longe, planejar, fazer uma ação direcionada não para um lugar fixo, mas para o futuro.

É importante que se ressalte que não se quer aqui “crucificar” nenhuma gestão do APERS, mas chamar a atenção para editais que são voltados para a área de acervos e que não estão sendo disputados pelas instituições arquivísticas em geral, e que acabam tendo aqui como foco-alvo a instituição APERS.

Ao buscar os editais acima citados e percorrer um pouco de suas estatísticas, evidencia-se a não participação do APERS nos mesmos. Exceto pela participação contemplada nos anos de 2004 e 2005 junto ao edital multilateral ADAI no seu projeto Escravos no Rio Grande do Sul 1ª e 2ª etapas.

Chama atenção que o APERS sequer vem participando de editais de “grandes somas” como é o caso do BNDES. Edital este que tem a distribuição média de 100 mil reais por projeto.

⁹ PORTO ALEGRE. FUMPROARTE. **Valor total anual investido em projetos de 1994 a 2008.** Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fumproarte/default.php?p_secao=5>. Acesso em: 5 out. 2010.

¹⁰ MACHADO, Nilson José. **Educação: Projetos e valores.** SP: Ed. Escrituras, 2000, p. 32.

Se por um lado, faltam recursos humanos para desenvolver e se dedicar as atividades de elaborações de projetos, as quais demandam tempo razoavelmente grande; por outro lado, a não participação de uma instituição arquivística pública regional deixa transparecer falta de apoio do arquivo para a construção e difusão cultural que também deve ser atividade da instituição, ou então, que sobram os recursos, quando na verdade é que os recursos recebidos é que são poucos. Pode também indicar o desconhecimento destes, o despreparo na elaboração dos projetos ou então a simples decisão da direção de não participar dos mesmos.

Evidencia-se também nestes editais a participação de prefeituras de municípios pequenos como o caso de Montenegro no Rio Grande do Sul com 59.436 habitantes¹¹, ao qual também deve pesar o fator “poucos recursos humanos”, e nem por isso, o mesmo deixou de elaborar proposta e até mesmo de ser contemplado pelo BNDES. Também se pode ressaltar a atuação de um arquivo que sempre vem participando e tendo êxitos, como o Arquivo Municipal de Caxias do Sul João Spadari Adami, contemplado em editais tanto de BNDES e ADAI.

A ideia aqui nem de longe tenciona acusar, mas abrir os olhos a uma instituição que é custodiadora de matéria prima informacional para o desenvolvimento da cultura e do conhecimento, bem como atentar para recursos, que, inclusive, na maioria das vezes estão direcionados às instituições públicas e que acabam indo parar em instituições privadas, pelo puro despreparo destas instituições.

Outra situação que chama a atenção se deve ao edital ADAI que em muitos anos contemplou o Arquivo Nacional, inclusive, duas vezes no mesmo ano, muito em função de não haver participantes, e que no mesmo formato aconteceu com o Arquivo Público do Paraná. Ou então, neste mesmo edital, o Brasil, país continental, conseguir aprovar cinco projetos, em média, enquanto Argentina, Chile e Colômbia, costumeiramente aprovam dez cada ano.

Por último, buscou-se verificar, os editais do FUMPROARTE, edital no qual em 17 anos, pouco se viu da participação da área das ciências da informação e da própria área memorialística. Em média, a cada edital são contemplados 30 projetos e dentro destes, a área de memória e humanidades, contada através de acervos

¹¹ BRASIL. IBGE. **Censo demográfico de 2010**: Cidade de Montenegro no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 26 nov 2010.

teve participação de menos de um por ano, o que é realmente catastrófica em detrimento de outras áreas. Isto acontece não porque este fundo é desigual e só apoia música ou teatro, mas porque a área de acervos pouco calca e não vem demandando para si o espaço cabível.

Ao varrer cada resultado de edital do FUMPROARTE, encontra-se essa baixíssima participação no segmento Memória e Humanidades quase em todas elas sem a figura do Arquivista. Segundo as fontes do Fumproarte (2010)¹², em 1995 a historiadora Elisabete da Costa Leal realizou o projeto Organização do Acervo da Capela Positivista; passado dez anos, foi à vez de A Cartografia virtual histórico-urbano de Porto Alegre em 2004; em 2005 o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul elaborou projeto denominado Preservação da memória da imprensa porto-alegrense; em 2006 Cláudio de Sá Machado Jr - Imagens da Sociedade Porto-Alegrense; em 2007 foi à vez do único arquivista que participou da mostra Yuri Victorino Inácio da Silva, representando a ONG ARQVIVE, onde foi realizado o documentário - A Capela Positivista de Porto Alegre; já em 2008 a psicóloga e membro da Equipe Clínico-jurídica do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Luciana Knijnik trabalhou o documentário referente à ditadura chamado Arquivos da Cidade e, por último, já em 2009, o Museu do trabalho de Porto Alegre obteve aprovação para a realização de catálogo.

Isto, despreziosamente, vem nos cobrar alguma coisa. Pretende-se chamar a classe arquivística a conhecer estes editais e a participar, desenvolver trabalhos junto a outras áreas, mas, sobretudo, calcar uma maior participação e o protagonismo dos arquivos que muito pode contar à sociedade. Nisso o APERS tem papel fundamental por ser uma entidade regional com poder também de ser um fomentador da classe arquivística.

¹² PORTO ALEGRE. FUMPROARTE. **Projetos beneficiados 1994 a 2009**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fumproarte/default.php?p_secao=33>. Acesso em: 08 out. 2010.

5 PROGRAMA CULTURA VIVA

O programa Cultura Viva é uma iniciativa do Ministério da Cultura que busca compreender a importância de cada uma das várias manifestações da cultura popular brasileira. O programa foi desenvolvido em 2004, por meio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC).

Mas só em 2005 é que a SPPC consolida a primeira etapa de trabalho, na qual estrutura as bases e objetivos do Programa Cultura Viva, firmando convênios com entidades da sociedade civil para implantação e organização dos chamados Pontos de Cultura em todos os Estados do país, no Distrito Federal, e em três países (Estados Unidos, França e Alemanha). Mas, além dos Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva também conta com outras quatro ações, todas empenhadas em estabelecer esse trabalho em prol da cultura brasileira, que são eles: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Escola Viva e Griô.

O Programa Cultura Viva é uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação da cultura brasileira. Através do reconhecimento de dezenas de iniciativas culturais desenvolvidas no país, chamados Pontos de Cultura, o Programa visa garantir a expressão da pluralidade brasileira na construção de uma memória presente, através das novas possibilidades de difusão e acesso à cultura. Um dos objetivos dos Pontos de Cultura é agregar agentes culturais em produção. É na garantia do acesso aos meios produtivos e do conhecimento técnico dos meios de difusão que essa lógica de gestão cultural pode ofertar para que o sujeito se torne crítico de seu próprio tempo e espaço, e, portanto, construtor de sua própria história, incentivando o fazer e a criatividade local.

Contra-pondo-se aos processos produtivos “consolidados”, e reconhecendo a pluralidade das criações culturais brasileiras, o Ministério da Cultura constrói com o Cultura Viva um modelo tecnológico, que emprega a coletivização das plataformas digitais de produção, para o fortalecimento das variadas representações sociais. Estamos diante, portanto, da primeira iniciativa que pretende decompor outros sistemas de valores, noções e práticas que orientam os grupos no mundo social e material em construções simbólicas e produtivas. É nesse sentido que o Programa

Cultura Viva vai atuar, dando os instrumentos necessários à ampliação da dinâmica própria aos destinatários do Programa, criando impactos na própria produção local e afirmando de fato a multiplicidade que é própria da concepção do que é cultura brasileira.

O programa tem uma concepção de política cultural de atendimento à criação e ao consumo de bens próprios, preocupado em atender e valorizar as demandas produtivas de parcelas da população que não estão contempladas pelos investimentos públicos, e que aparece com interesses estéticos e culturais diferentes dos da indústria cultural.

No programa se estende também a reflexão do direito à cultura, e seus produtos, bem como, reafirma que este novo processo político na cultura brasileira não exclui às atividades econômicas.

A implantação desse Programa se dá num processo contínuo e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com os Pontos de Cultura pré-existentes. Em lugar de impor ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade. O efeito desejado é o envolvimento intelectual e afetivo da comunidade, criando uma mágica motivadora na qual os cidadãos sentem-se, cada vez mais, estimulados a criar e participar. Nesse contexto, o papel da coordenação do programa é o de fomentar o processo de reinterpretação cultural, estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo.

Entre outros objetivos, o Programa Cultura Viva visa:

- ampliar e garantir acesso aos meios de produção, desenvolvimento e difusão cultural. Identificando parceiros e promovendo pactos com atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, no qual a cultura seja forma de construção e expressão da identidade nacional.
- busca ampliar a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira, potencializando energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora.

➤ procura estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem.

Como público prioritário o Programa Cultura Viva tenciona, sobretudo às populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios, adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, estudantes da rede básica de ensino público, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica. Bem como comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos, além de agentes culturais, artistas, produtores, pesquisadores, acadêmicos e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural.

Ainda que não se tenha um contraponto à caracterização das políticas culturais dirigidas ao consumo de bens e artefatos culturais próprios à cultura de massa, o Programa Cultura Viva aparece como uma ruptura importante, e vem credenciar a gestão 2003-2010 como uma nova referência na formulação de políticas culturais no Brasil.

Mais que atender demandas dos que estavam caracterizados como “fora do mercado de produção da cultura”, o Programa apresenta a questão do direito à cultura sobre outra perspectiva, que é não mais do acesso aos bens produzidos, mas aos meios de produção e disseminação e vem estender a compreensão do que de fato se produz culturalmente na sociedade brasileira.

Acredita-se que o Programa, ao incorporar novos atores que reconhecidamente despertam para um novo formato de execução e disseminação de sua produção cultural, cria um ambiente onde aproxima os atores do Estado e de seu funcionamento, visto como quem inicia todas as cadeias produtivas da cultura, onde a experiência no acesso às tecnologias produtivas não são apenas importantes ou como registro no campo do direito, mas condições essenciais para a participação no processo de formulação de políticas públicas plurais e afirmativas.

5.1 Ponto De Cultura, Pontões e Pontos De Rede

5.1.1 Ponto de Cultura

É a ação prioritária e o ponto de articulações das demais atividades do Programa Cultura Viva.

São entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura, onde se desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, quase quatro mil, em 1.122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas.

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade.

Pode ser instalado em uma casa, ou em um grande centro cultural. A partir desse ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, ou mesmo a garagem de algum voluntário.

Quando firmado o convênio com o Ministério da Cultura, o Ponto de Cultura recebe a quantia de 185 mil reais, em cinco parcelas semestrais, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de 20 mil reais, para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que mais for importante para o Ponto de Cultura.

A ideia da implantação das unidades brasileiras, do Programa Cultura Viva, denominadas Pontos no Exterior surgiu da concepção de atender à comunidade brasileira no exterior.

Demonstram também a força e o novo papel do Brasil, enquanto nação que vem sendo respeitada pela sua atuação, seja em conflitos, seja no seu compromisso

com o meio ambiente e erradicação da fome no mundo, diante não só dos países em desenvolvimento e de seus vizinhos de Mercosul, mas também do bloco europeu e dos Estados Unidos. A partir desse entendimento abaixo se apresentam algumas experiências.

França (Paris), 2005: Por ocasião do ano do Brasil na França, foi inaugurado o primeiro Ponto de Cultura no exterior, na *Université Paris Ouest Nanterre La Défense*.

O modelo de gestão para aprovação de projetos foi similar ao adotado no Brasil, por convocação por editais públicos e projetos julgados por comissões de avaliação.

Durante dois anos em que atuou como Ponto de Cultura, cadastrou várias associações franco brasileiras, disponibilizou cursos de língua e cultura brasileira e financiou 12 projetos de caráter fomentador de cultura.

São Francisco (Califórnia, EUA), 2007: Em decorrência da visita à Califórnia do então ministro de Cultura Gilberto Gil, em 2007, foi realizado um processo que selecionou a organização ABADÁ – Capoeira *San Francisco* para sediar o Ponto de Cultura de São Francisco.

Fundada em 1991 pela Mestre de Capoeira Márcia Treidler, a Organização trabalha com cultura e cidadania, enfatizando questões específicas da realidade dos imigrantes brasileiros e disponibilizando, gratuitamente, cursos e oficinas sobre língua portuguesa e cultura brasileira. O Ponto operou por um ano.

Fort Lauderdale (Flórida, EUA), 2007: O *Broward Center for the Performing Arts* (BCPA), situado na cidade de *Fort Lauderdale*, funcionou como Ponto de Cultura por um ano. O BCPA é uma organização público-privada de difusão de arte e cultura para comunidades do sul da Flórida. Seu complexo arquitetônico atrai mais de 600 mil pessoas por ano.

A parceria com a instituição desenvolveu-se mediante a cessão de uma sala dentro do complexo do BCPA. As atividades ocorreram a partir de um modelo de gestão compartilhada entre o *Broward Center* e instituições da Flórida que

promoviam atividades sócio-culturais voltadas às comunidades brasileiras da região, por meio de projetos aprovados por um comitê técnico.

O ponto máximo da ação foi a Feira do Livro de *Miami (Miami Book Fair)*, em dezembro de 2007. O Ponto de Cultura da Fundação *Pierre Verger*, da Bahia, representou o Brasil no evento, que teve como tema central a cidade de Salvador.

Viena (Áustria), 2010: Em janeiro de 2010 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Cultura e a Associação Afro-Brasileira de Dança, Cultura e Arte (ABRASA), situada em Viena, para implementar o “Ponto de Cultura Internacional Brasileiro e Afro-Brasileiro na Áustria”.

O projeto foi aprovado, mas obedecendo a lógica distinta ao programa, pois o Ponto não recebe incentivo financeiro do Ministério da Cultura, cujo papel é apenas supervisionar as atividades de execução, avaliando resultados.

A ABRASA é uma instituição sem fins lucrativos que se dedica à prestação de serviços de utilidade pública, em especial promoção e fomento do intercâmbio cultural, acadêmico-científico e de artistas, assim como a oferta de cursos e oficinas nas áreas de dança, teatro, artesanato, folclore e culinária, todos baseados nas tradições afro-brasileira.

Paraguai, 2010: O primeiro acordo de cultura com a participação de uma empresa pública foi firmado em fevereiro de 2010, com a assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Cultura, a Secretaria Nacional de Cultura do Paraguai e a Itaipu Binacional.

O protocolo prevê a implementação de 30 Pontos de Cultura em 30 municípios espalhados por todo território paraguaio e 10 situados do lado brasileiro, no entorno do reservatório da usina de Itaipu.

Em princípio, a gestão seguirá nos mesmos moldes do modelo brasileiro: edital público de convocação, processo seletivo por comissão de avaliação, três anos de vigência e mecanismos de execução financeira adaptado à legislação paraguaia.

Atualmente, vêm sendo discutidas as ações para instalação de Pontos do lado brasileiro. As negociações com a Secretaria Nacional de Cultura do Paraguai ainda estão em fase inicial, no tocante a implantação de Pontos de Cultura.

Uruguai, 2010: Foi lançado, em 11 de junho de 2010, o programa nacional de Pontos de Cultura do Uruguai, em Montevideú.

O Programa se chama Rede Uruguaia Latino-americana de Arte para a Transformação Social (RULATS) e integra a rede Latino-americana de Arte para a Transformação Social (RLATS), expandindo os conceitos do Programa Cultura Viva para uma nova realidade sociocultural.

O interesse pelo Programa fora do Brasil veio de diversas instâncias: governos, acadêmicos e entidades civis ligadas a projetos culturais.

Universidade de Berkeley, Califórnia, EUA: Na Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA), existe uma cátedra sobre Cultura e Literatura luso-brasileira, coordenada pela professora Candace Slater, na qual a experiência brasileira com os Pontos de Cultura é tema de estudos. Os alunos vêm ao Brasil participar de uma atividade dentro dos Pontos de Cultura e depois fazem um projeto falando da experiência.

O primeiro contato dos universitários de Berkeley com os Pontos de Cultura foi no estado do Ceará, com uma unidade que se articulava com o Museu de Paleontologia. Houve, também, trabalhos sobre cultura oral das comunidades, grupos de dança e estudos específicos sobre a atuação dos Pontos, além da participação de alguns estudantes norte-americanos em oficinas de inglês para membros da comunidade.

Universidade de Londres, Inglaterra: O professor catedrático da Universidade de Londres (*University of London*) e diretor artístico da ONG *People's Palace Projects*, Paul Heritage, implantou, em 2010, o projeto denominado Pontos de Contato, que opera com intercâmbios culturais entre o Programa Cultura Viva e projetos sociais no Reino Unido.

Pesquisador há cerca de 20 anos da cultura brasileira, ele defende o modelo do Programa como revolucionário em relação aos clássicos modelos europeus de apoio à cultura e às artes.

Universidade Romana La Sapienza, Itália: A Itália foi o primeiro país, depois do próprio Brasil, a adotar o modelo dos Pontos de Cultura. Em uma iniciativa da Câmara de Deputados e da administração da região do Lácio, onde está situada a cidade de Roma, foi criado o projeto *Officine dell'Arte*.

O projeto operou com oficinas de arte e cultura multimídia destinadas ao público jovem, em áreas urbanas deterioradas, como forma de desenvolvimento social e territorial. Por meio de uma parceria com a Universidade Romana *La Sapienza*, pesquisadores vieram ao Brasil conhecer a experiência dos Pontos de Cultura para levar à Itália.

Em julho de 2006, o então ministro da Cultura, Gilberto Gil, a convite do governo da província de Lácio, participou de conferência sobre o Programa brasileiro e do lançamento do projeto italiano.

Ibero-américa: Nos países ibero-americanos também cresce o interesse pelos Pontos de Cultura. Em uma reunião de ministros da Ibero-américa e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Caribe, realizada em setembro de 2009, no Brasil, representantes de 15 nações assinaram a Declaração de São Paulo, na qual consta a decisão de submeterem à próxima reunião de Cúpula dos Chefes de Estado da Ibero-américa uma proposta de criação do Programa Ibero-cultura – nos moldes dos Pontos de Cultura, para ser implantada nos 23 países da região.

A proposta partiu dos representantes do Brasil e da Secretaria-geral Ibero-americana (Segib) no encontro, mas ainda precisa ser sistematizada e enviada à aprovação dos Ministros de Cultura para, só então, ser encaminhada à reunião de Cúpula.

Parlasul: Outra vertente de interesse pela ação dos Pontos de Cultura está focada no Parlamento do Mercosul (Parlasul), entidade que reúne representações de políticos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com sede em Montevideu (Uruguai).

Um projeto de norma da senadora Marisa Serrano, uma parlamentar do PSDB / MS, ou seja, oposição ao governo federal da gestão 2003-2010 vem propondo a disseminação do projeto dos Pontos de Cultura por todos os países do bloco econômico, e foi aprovado na última reunião do Parlasul, realizada em novembro de 2009.

A iniciativa é um primeiro passo para a elaboração de uma legislação regional, que defina políticas articuladas entre os quatro países do bloco, com possibilidade de ampliação para todos os países associados.

5.1.2 Os Pontões

Foram criados para articular os Pontos de Cultura, difundir as ações de cada entidade e estabelecer a integração e o funcionamento da rede dos Pontos de Cultura. Recebem recursos de até 500 mil reais, por meio de edital público, para desenvolver programação integrada, adquirir equipamentos e adequar instalações físicas. Atuam tanto na dinamização dos contatos entre os Pontos, com foco temático ou regional; quanto como parceiro na implantação de ações do Programa.

O financiamento se dá por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais.

A principal missão dos Pontões é constituir-se em espaços de articulação entre os Pontos. Conectar e mobilizar os Pontos a eles ligados, e outros, além das demais entidades da sociedade civil, ampliando o movimento integrador. Trabalha sob a perspectiva de capacitar produtores, gestores, artistas e de difundir produtos.

Além da articulação, os Pontões integram ações e atuam na esfera temática ou territorial. Tanto podem abarcar uma linguagem artística (Pontão do Teatro do Oprimido, do audiovisual), público (juventude, mulheres), área de interesse (cultura digital, arte e reforma agrária, cultura de paz), gestão ou território.

Existem desde 2004, quando foi publicado o primeiro edital. O segundo foi em 2007, quando passaram também a ser contemplados os Pontões Digitais, que

possuem as mesmas funções dos Pontões de Cultura, porém com a peculiaridade de utilizar predominantemente os meios digitais na promoção de suas atividades.

Em 2009 foi lançado o terceiro Edital. Atualmente são 106 (dados de junho/2010 do Ministério da Cultura) espalhados pelo Brasil. Há Pontões nas áreas de audiovisual, de cultura de paz, da caatinga, do cerrado, de juventude, da Amazônia, dos bens imateriais, de cultura digital, entre diversos outros temas, que têm como princípio norteador fortalecer as ações da sociedade civil e fomentar o capital social da cultura brasileira.

5.1.3 Os Pontos de rede

O Programa Cultura Viva ganhou nova dimensão com o Programa Mais Cultura, que possibilitou que a Secretaria de Cidadania e Cultura (SCC) do Ministério da Cultura, firmasse convênios com 24 estados e 16 municípios para implantação de Redes de Pontos de Cultura (dados de abril/2010), ampliando o alcance do Programa Cultura Viva e criando redes de Pontos de Cultura, que garantem que os pontos estejam em contato e trocando experiências.

A partir daí, a seleção de Pontos de Cultura passou a ser realizada em parceria com os estados ou os municípios e foi possível, além de ampliar o número de Pontos de Cultura pelo território nacional, promover também o compartilhamento dos conceitos e objetivos do Programa junto aos governos locais.

Os Pontos estão ligados a diferentes redes, municipal, estadual ou federal, e passam, nessa qualidade, a também participar dos encontros setoriais que definem a gestão compartilhada do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura entre o poder público e a sociedade civil, por meio de Fóruns, das Teias (encontros nacionais e regionais) e das reuniões da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Até 2009, foram investidos pelo Programa Cultura Viva 365,7 milhões de reais em 8.987 iniciativas em todo o Brasil. Destes investimentos, 65 milhões de reais foram para a criação de 1.084 novos Pontos de Cultura.

Prêmio Asas: é onde são destacadas as melhores práticas de projetos apoiados pelos editais do Cultura Viva, cujo objetivo é contribuir para a promoção do desenvolvimento autônomo das atividades dos Pontos de Cultura e o avanço do processo cultural da rede de Pontos.

Com uma premiação em andamento em 2010, a iniciativa já contemplou 66 Pontos de Cultura. Cada Ponto de Cultura selecionado recebe 80 mil reais.

5.1.4 Como participar do Programa Pontos de Cultura

Para se tornar uma rede os entes da federação interessados devem, por meio de documento oficial, solicitar a criação da rede de Pontos de Cultura ao Ministério da Cultura, indicando o número de Pontos a serem selecionados (uma rede é constituída por, no mínimo, quatro Pontos) e dispor de contrapartida financeira mínima de um terço do valor total do convênio a ser firmado.

Podem participar dos Editais de seleção pública pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que sejam de natureza cultural como associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres, ou organizações tituladas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais, sediadas e com atuação comprovada na área cultural de, no mínimo, três anos em seu respectivo estado e/ou município.

Os projetos a serem selecionados deverão, partindo de iniciativas culturais, funcionar como instrumento de pulsão e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo para a inclusão social e a construção da cidadania, seja por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento das identidades culturais.

Em geral os Pontos de Cultura selecionados recebem o valor de 180 mil reais, distribuídos em três anos consecutivos.

Para se tornar um Ponto de Cultura os responsáveis pela entidade devem participar do edital de divulgação do Ministério da Cultura, enviando projeto para

análise da Comissão Nacional de Avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais.

5.1.5 A diversidade através dos Pontos de Cultura no Brasil

Segundo o Relatório mundial da UNESCO (2009, p. 33)¹³:

É urgente investir na diversidade cultural e no diálogo. Com efeito, integrar a diversidade cultural numa ampla série de políticas públicas – incluindo as que estão por vezes bastante afastadas das políticas culturais propriamente ditas – pode contribuir para renovar as abordagens da comunidade internacional relativamente aos dois objetivos-chave que são o desenvolvimento e a busca da paz e prevenção dos conflitos. Com referência ao desenvolvimento, a cultura é cada vez mais reconhecida como uma dimensão transversal dos três pilares – econômico, social e ambiental – presentes em todas as formas de desenvolvimento verdadeiramente sustentado. Relativamente à paz e à prevenção de conflitos, o reconhecimento da diversidade cultural enfatiza a “unidade na diversidade,” ou seja, na humanidade comum, inerente às nossas diferenças. A diversidade cultural, longe de ser uma restrição potencial dos direitos humanos universalmente proclamados, é, pelo contrário, a melhor garantia do seu exercício efetivo, pois reforça a coesão social e encoraja a renovação de formas de governança verdadeiramente democráticas. Contudo, isso pressupõe que se refine a nossa compreensão da diversidade cultural e do diálogo. Só assim poderemos libertar-nos de idéias preconcebidas.

O Brasil tem uma notável diversidade cultural. Essa mesma diversidade vem tendo um papel central no desenvolvimento de projetos culturais no país, e desde 2003 a 2010 o governo federal procurou dar ênfase na questão indígena e afrodescendente.

Áreas como o artesanato local, pequenas manufaturas, moda e design são áreas que tem tido reconhecimento estratégico para o país, em vista de sua potencialidade em termos da melhoria das condições de vida das populações mais carentes. Elas podem trazer empoderamento individual e contribuir com a redução da pobreza. Ao tratar a desigualdade social, um dos pilares da gestão federal 2003 - 2010, como um dos problemas mais urgentes, o Brasil vem descobrindo como a

¹³ UNESCO. **Relatório mundial da UNESCO**. 2009, p. 33. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755POR.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2010.

influência da cultura diante dessa realidade pode contribuir para a transformação social do cenário atual.

Com certeza falta ainda uma abordagem cultural mais profunda com relação ao reconhecimento e respeito aos povos indígenas e afrodescendentes. Já que é inegável que estes dois grupos de minoria apresentam os piores indicadores sociais do país, mas que, por outro lado, apenas nos últimos anos passaram a ser alvo de políticas sociais específicas.

Políticas estas que já vem buscando preservar as tradições indígenas, com a defesa da língua ameaçada de desaparecimento e com o reconhecimento tradicional indígena sobre a natureza, ou que então, vem tratar dum tema delicado como a questão das terras indígenas, num debate conflitante a respeito da expansão das fronteiras agrícolas e os investimentos em infraestrutura. Juntamente à questão indígena, vem somar a inclusão e votos de reconhecimento da cultura africana na cultura e história brasileira.

Nesse sentido, os trabalhos no Brasil já são uma realidade. Os pontos de cultura se espalham pelo Brasil e começam a se consolidar como política pública.

Os pontos são diversos, uns preferem teatro, outros dança, música, podendo ser erudita, popular ou então as duas coisas. Uma grande parcela está presente nas grandes cidades, sobretudo em favelas e periferias. Há também pontos em pequenos municípios, aldeias indígenas, assentamentos rurais, comunidades quilombolas.

O único ponto em comum entre os Pontos é o estúdio multimídia, um pequeno kit, para edição de áudio e imagem, três computadores funcionando como ilha de edição em software livre, filmadora digital, equipamento de som para gravação musical e conexão por internet em banda larga.

Não ocorre uma imposição do Ministério da Cultura sobre como aplicar os recursos e assim, cada ponto desenvolve suas atividades conforme suas necessidades e planos de trabalho. Cabe aos pontos de cultura desvendar, apontar caminhos, enfim, são os pontos de cultura que potencializam um processo de mudança por que são capazes de expressarem a sua própria cultura, não se enquadrando em formas, nem sendo erudito e tampouco popular, mas simplesmente

demonstrando que têm o que mostrar e que querem fazê-lo a partir do seu próprio ponto de vista.

Pretende-se demonstrar, conforme ANEXO A, e com a exemplificação de onze pontos de cultura, a diversidade dos mesmos nesse Brasil de extensões continentais e de naturezas culturais tão diferentes e com propostas tão engrandecedoras, como mostra (MAPAS DE REDE)¹⁴:

5.1.2.1 Os Pontos de Cultura ligados à área das Ciências da Informação

Já se sabe que a informação nada mais é que conhecimento registrado na forma escrita, oral ou audiovisual. No entanto a informação também é uma significação transmitida via suporte material que se realiza através da linguagem.

O objetivo da informação é a apreensão do conhecimento, portanto o suporte na qual é registrada é apenas um meio a que se torne possível a apropriação do conhecimento. É claro que, por trás dessas variáveis, estão as condições econômico-sociais, que possibilitam aos sujeitos participar e interagir ou não, com essa informação, o que significa também que a apropriação do conhecimento é um fato social e cultural.

Essas questões estão fortemente associadas ao problema da informação e da cultura na sociedade, fazendo com que áreas como arquivologia, biblioteconomia e museologia se insiram junto às disciplinas sociais, bem como se lancem a procura de respostas e soluções nestas áreas com problematizações e preocupações similares. É por isso que às Ciências da Informação objetivam sua identidade como uma ciência social interdisciplinar.

Dentre as problematizações crescentes das Ciências da Informação na sociedade está a chamada Sociedade da Informação que é atualmente a denominação mais comum para indicar o conjunto de conseqüências sociais das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Em primeiro lugar, porque em todas as sociedades a informação é algo importante. Em segundo lugar, porque a informação desconectada não tem valor algum. Sua relevância depende de sua inserção num sistema de produção de

¹⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Mapas de Rede**: pontos de cultura no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.mapasdarede.org.br/mapa/#>>. Acesso em: 18 set. 2010.

conhecimento. E nesse sentido, paralelamente à abertura de inúmeras possibilidades de experiências de comunicação e educação proporcionadas pelas novas tecnologias, a sociedade da informação convive com a realidade de um inquietante crescimento do número de analfabetos funcionais, tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos. No caso de países como o Brasil, em que a era virtual chegou sem que tivesse se sedimentado uma tradição de leitura, a situação adquire um acento mais preocupante. Francisco (2004, p. 6) vem complementar¹⁵: “Por mais que esteja armada por um poderoso arsenal de tecnologias de informação, uma sociedade que produz uma legião de analfabetos funcionais é uma sociedade da desinformação”.

Ainda que, atualmente, já esteja derrubado o mito que representa a informatização como um avanço e a permanência dos arquivos textuais como um atraso, pode-se fazer uma analogia, da realidade arquivística do país onde os ditos gestores modernos estão sempre querendo digitalizar os documentos para eliminar documentação em papel, sendo, portanto, sempre muito importante refletir que de nada adiantam investimentos em informatização se as pessoas ainda pouco poderão absorver e se o Estado menos ainda faz por estas pessoas.

Se os livros, as fontes documentais primárias e, conseqüentemente a leitura e a pesquisa, sempre foram instrumentos essenciais para o desenvolvimento da reflexão, do domínio da linguagem e do desenvolvimento do senso crítico, eles adquirem uma relevância ainda maior no contexto de uma sociedade da informação, marcada por inovações tecnológicas, pulverização das mensagens, dispersão das fontes de conhecimento, da mercantilização cultural e das dissimulações do marketing. No caso da cultura, se é preciso reconhecer a vitalidade de novas linguagens; mas de outra parte é necessário registrar que a ausência de contato desde a infância com ferramentas como o livro, os arquivos e objetos museológicos, implicam em uma ruptura com todo o legado cultural da humanidade acumulado durante séculos e no desconhecimento do próprio patrimônio cultural.

Os livros antigos, as coleções museológicas, bem como os documentos arquivísticos constituem uma parte fundamental do patrimônio cultural de uma sociedade. Esses materiais contêm elementos importantes para compreender e analisar outros bens culturais. No entanto suas próprias características físicas ao

¹⁵ FRANCISCO, Severino. **Sociedade da desinformação**. 2004, p. 6. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001540/154058por.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2010.

mesmo tempo em que requerem as condições especiais de conservação, também exigem uma adequada compreensão e conhecimentos especiais. Por isso necessitam de instrumentos de controle e identificação que permitam aos investigadores ter informação básica para localizar o material de seu interesse. Por outro lado, conseguir um equilíbrio entre a necessária difusão e a garantia da conservação exige da investigação e colaboração daquelas disciplinas que se ocupam de seu estudo e análise, bem como também da sua organização.

Esses acervos possuem um alto valor enquanto eixo, um deles, da produção e transmissão cultural, porém poucas vezes estes transitam pela vida cultural das comunidades de uma forma geral. Representam em boa parte um aspecto cultural ao que somente grupos muito específicos têm acesso. Essa condição geralmente não é determinada pelo seu conteúdo ou pelo tipo de conhecimento especializado que demandam e que normalmente não é do uso habitual do cidadão comum, mas do pouco esforço estatal em aproximar o cidadão dessas informações.

Devido a estas dificuldades, necessita-se de um mediador que una estes extremos, a sociedade e o Estado, e isto põe ênfase na pesquisa especializada e primordialmente na elaboração de produtos concretos que permitam aproximar a sociedade à riqueza contida nesses materiais. Estes produtos geralmente respondem as mesmas características da pesquisa da qual é resultado, quer dizer, que põem pouca ênfase na difusão social dos conteúdos desses materiais. Resultam geralmente em ferramentas de conhecimento e difusão para o mesmo grupo social que realiza a pesquisa. E por isso, a sociedade segue mantida distanciada deste conhecimento. Esta tendência acaba propiciando um espaço para o desconhecimento do patrimônio documental existente no país.

Propiciar uma maior consciência social da importância desta memória documental requer necessariamente da difusão e, portanto, da elaboração de bens culturais. Em respeito a isso, devemos mudar substancialmente nossas idéias dos produtos que se elaboram como resultado da pesquisa especializada. Certamente dela não se pode prescindir, mas sim se pode mudar a nossa idéia de produto de pesquisa. Existe um traço definitivo nos produtos já existentes, o público a que se direciona é um setor muito pequeno da sociedade com interesses e conhecimentos especializados. Um meio onde poucos têm acesso. Nesse sentido já há uma tendência de mudança. Já se está buscando alcançar uma ampla margem da sociedade mediante a difusão social do conteúdo e seus valores. E a própria política

cultural do governo Lula vem demonstrando isso, com maior respeito a grupos sociais outrora excluídos, com projeto de integração nacional e conhecimento do “restante do Brasil”.

Diante do exposto, a digitalização vem despontando, começa a ser utilizada e recomendada porque facilita e diminui o custo da reprodução do produto cultural. No entanto, não resulta suficiente já que não se pode esquecer de que a sociedade se compõe de diversos grupos, ela não é homogênea. Por esta razão devemos elaborar produtos culturais de diversa natureza para a difusão social de um mesmo objeto cultural.

Ainda que represente uma parcela pequena frente ao amplo meio cultural brasileiro as áreas concebidas por ciências da informação também vem calcando o seu quinhão diante desta nova realidade cultural do país.

E parte dessa luta, é travada para que se crie uma concepção que se formule no Brasil às políticas públicas à área de ciências da informação.

Segundo o IPEA (2008, p. 132)¹⁶:

Outra novidade é a ampliação do conceito de Ponto de Cultura para abranger bibliotecas, cineclubes e os “pontinhos de cultura”, que se constituem em brinquedotecas e parques infantis. Outras ações são a edição de livros populares de bolso, a realização de micro projetos, a modernização de bibliotecas públicas, e o uso de TVs e rádios públicas para ampliar o acesso à cultura.

Até pouco tempo abordar políticas públicas de informação, no Brasil, era evidenciar a associação de informação tão somente ao desenvolvimento científico e tecnológico, numa visão fragmentada de desenvolvimento, na qual arte e cultura não eram convidadas a participar.

Mas ao analisar todos os pontos de cultura, rede ou pontões do Programa Cultura Viva do governo federal, nota-se a presença emergente das Ciências da Informação.

Procurou-se então trazer aqui cinco exemplos existentes (MAPAS DE REDE)¹⁷, os quais já foram contemplados pelo governo, representando cada região política do Brasil, conforme apresenta o ANEXO B.

¹⁶ BRASIL. IPEA. **Políticas Sociais: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE**. 2008, p. 132. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/07_cultura.pdf>. Acesso em: 5 out. 2010.

5.1.2.2 Instituições arquivísticas como Pontos de Cultura

Segundo Rosário (2002)¹⁸, o lugar da memória, é, pois, o lugar da imortalidade e, no caso das obras, permanece delas a cultura, os valores, as expressões máximas do pensamento e do sentimento humano coletivo. Sendo que o passado se presentifica num gesto, em uma reminiscência ou lembrança que eclode na releitura de um mito, na presença de um objeto que nos evoca um tempo que já não é nosso, mas que contribuiu e que contribui de modo efetivo para que sejamos o que somos.

Os arquivos e, por conseguinte, os documentos arquivísticos, não são apenas locais de moradia das informações inéditas, mas o local do adestramento do processo cultural, onde o conhecimento adquirido, ao ser lembrado, permite-nos estabelecer uma ponte de ligação com o conhecimento novo.

Antes de justificar qualquer instituição arquivística e sua inserção na política cultural brasileira, cabe uma reflexão sobre o papel da arquivística diante da nova sociedade da informação.

Nos últimos anos e diante do avanço progressivo de uma emergente sociedade da informação se tem experimentado uma série de mudanças e transformações, produto das novas tecnologias, que tem promovido junto a pessoas, lugares, escritórios, uma comunicação eletrônica mediante padrões universais e abertos.

Esta nova tendência tem alertado empresas e instituições geradoras de informação como são os arquivos, as bibliotecas e os centros de documentação para que mudem suas estratégias e se adaptem as novas tecnologias.

À arquivística moderna se atribui uma ciência que estuda a natureza dos arquivos, sua organização, os princípios para a sua conservação e os meios para prestar um serviço. Tradicionalmente se tem considerado que o manejo da informação, tanto em instituições públicas, como privadas, se centram naquelas etapas arquivísticas de gestão e arquivo central para a documentação de caráter

¹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Mapas de Rede**: pontos de cultura no Brasil. 2010. <<http://www.mapasdarede.org.br/mapa/#>>. Acesso em: 18 set. 2010.

¹⁸ ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. **Morfeus**. Revista Eletrônica em Ciências Humanas – Ano 01, número 01, 2002. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero01-2000/clauidiarosario.htm>>. Acesso em: 18 out. 2010.

administrativo e uma vez que adquirido um valor científico cultural, envia-se a seu destino final, nos arquivos permanentes, sempre se baseando na sua procedência e organicidade. Uma vez nos arquivos permanentes, a informação vive à espera de seu pesquisador!

Este modelo, ainda engessado, pode já manifestar um esgotamento ou ao menos exigir uma mudança. Posto que, as novas tendências mundiais no âmbito econômico, político e o rápido avanço da tecnologia, as quais têm gerado mudanças nos suportes tradicionais, vem demandado um novo tratamento arquivístico diante dessas novas exigências, por esta emergente sociedade que mais do nunca depende de informações.

A sociedade da informação esta unida a dois fenômenos que são cultura e educação, as quais devem receber amplo apoio para que permita sua inserção nas diferentes atividades de uma sociedade. O que uma coletividade se insere na sociedade da informação dependerá destes dois fatores e nunca por meio de imposições políticas ou demagógicas.

Esse processo educativo e cultural se separa em duas idéias: a primeira é que a informação é o primeiro degrau para chegar ao conhecimento, se registra em um meio que pode ser físico ou eletrônico. Já a segunda diz que o conhecimento, àquele que adquire, se apodera e processa a informação que se aplica ou permite gerar novo conhecimento. Ambas ideias requerem de funções mentais específicas de reflexão e observação. A informação deve ter um bom uso porque o estudo, a crítica, e as análises de seus dados criam um novo conhecimento que pode gerar poder.

A informação custodiada nos arquivos tem um valor inestimável, devendo-se fazer um esforço para que o usuário a valorize e a retribua. Desta maneira, para obter acesso dessas informações à sociedade da informação o Estado deve fazer um grande esforço para que todo o conhecimento se distribua na forma equitativa a todos os níveis da sociedade.

Se tomarmos em conta que o processo de globalização é aquele que rompe com os conceitos de centralização administrativa, fronteiras, divisões políticas e culturais, impondo-nos uma única cultura mundial. Isto pode ser bom e ruim, ao mesmo tempo, entretanto, o fato é que este conceito junto à criação de grandes áreas comerciais tem gerado que o tratamento da informação no âmbito interno de

uma empresa ou instituição e sua relação com outras deva ser ágil, eficiente e competitivo.

Neste campo as novas tecnologias têm contribuído para acelerar ainda mais estas tendências através de mecanismos como a internet que nos permite a comunicação a nível mundial, a extranet (interação entre diferentes empresas) e a intranet (interação na mesma instituição). Abre-se então a possibilidade de reconsiderar a posição do arquivista e o tratamento arquivístico dado a documentação tanto em instituições públicas como em empresas privadas. As novas mudanças demandam ao arquivista poder oferecer informação, não somente à administração interna; mas a outras instituições ou empresas que através de meios eletrônicos solicitam informação de uma maneira ágil e imediata.

É importante deixar claro que a arquivística não deve abandonar suas áreas de trabalho tradicional, naturalmente direcionada a construção do patrimônio documental nacional, mas também deve ampliar suas expectativas diante das mudanças que já estão presentes.

As companhias, instituições ou sociedades são um exemplo dessa mudança, pois são empresas de informação que em função de suas atividades e história institucional, recebem e produzem uma grande quantidade de informação, o que lhes permite se desenvolver em um mundo cada vez mais competitivo. Diante disso a arquivística tem uma grande vantagem sobre as outras ciências da informação, o qual está no seu caráter de exclusividade.

Quando um usuário busca uma informação em uma biblioteca ou em um centro de documentação, ele sabe que se o serviço não for eficiente ou de seu agrado; poderá ele conseguir o dito material em outro centro de informação ou pela internet. Mas é justamente o contrário em se tratando de documento arquivístico. Ao solicitar documentação em um arquivo, o usuário já está sabendo que este material é único e que somente poderá encontrá-lo ali, de maneira que se o serviço não seja eficiente, cabendo-lhe duas situações, ou abandonar o seu projeto; ou ter muita calma. E esta situação é promovida por muitos arquivistas que elaboram instrumentos descritivos deficientes alegando que a responsabilidade pela busca e pesquisa está no usuário, gerando em longo prazo a criação de arquivos que não estarão adaptados às novos requisitos que esta sociedade nos exige.

Para poder enfrentar estas mudanças, a arquivística deve tomar em conta as demandas de informação do cliente, de maneira que o arquivista interaja com

peças, lugares, circunstâncias e atividades que gerem um sentimento de lealdade e dependência por parte do usuário até o arquivo. É importante criar uma forma de divulgação que permita ao usuário manipular um processo de busca mais simples, mais conveniente e menos custoso.

A melhor forma de manter a atenção do usuário é criando uma estratégia que se baseie na diferenciação, ou seja, oferecer algo que o usuário valorize e necessite e que ele não consiga buscar sem o toque arquivístico. É dessa maneira que a arquivística poderá ser uma peça fundamental na sociedade da informação, não somente gerando documentação que ateste as atividades e história de uma sociedade, mas se constituindo num organismo vivo que recebe e produz uma quantidade de informação que a permite se desenvolver nesse mundo tão competitivo e dinâmico.

Outro resultado dos bons ventos à arquivística é que ela permite a perpetuação do conhecimento que a sociedade tem gerado possibilitando alcançar um maior bem estar social. Claro que para tudo isto se cumpra, faz-se necessário que esta sociedade adquira altos níveis de alfabetização, melhores hábitos de leitura e de uso intensivo das informações, motivo maior ainda para que se ampliem também os laços com a área de educação.

Trazendo pra arquivologia, pode-se concluir que nenhum arquivista pode se acomodar, quando existe um possível usuário em potencial que necessita de informações e, sobretudo informações relevantes às suas atividades, como é caso dos documentos arquivísticos. E a isto não somente devem atentar os arquivos correntes, mas também os permanentes, descobrindo ou redescobrendo o porquê de sua existência. Trazer escolas é fundamental, mas não somente visitas, fazer atividades conjuntas com os professores e alunos, torná-los investigadores, produtores de ciência. Inovar não somente é conceito do empreendedorismo e das empresas; também cabe aos arquivos e inclusive à vida.

Ao captar a emergência da área das Ciências da Informação diante da cultura brasileira, não se pode deixar de investigar a participação do mundo dos arquivos dentro do Programa Cultura Viva. Cabendo aqui destacar oito exemplos de participação que envolve, direta ou indiretamente, arquivos, conforme se pode ver no ANEXO C.

6 PONTOS DE MEMÓRIA

Pontos de Memória é um projeto do “Programa + Cultura”, tendo seu lançamento em 14 de fevereiro de 2009, no Rio de Janeiro. Na seguinte data ocorreu a inauguração do Museu de Favela, no complexo Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, o qual é um dos museus pilotos do projeto, juntamente do Museu da Maré.

Os Pontos de Memória têm por concepção reconstruir a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, suas histórias e seus valores. Objetiva implantar museus em regiões metropolitanas caracterizadas pelo alto índice de violência, tendo como orçamento inicial do projeto a quantia de R\$ 3,5 milhões.

O projeto é composto de uma parceria entre Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania - PRONASCI, do Ministério da Justiça e Ministério da Cultura, além de supervisão do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Vai atuar em 12 regiões metropolitanas, caracterizadas pelo alto índice de violência.

Entre as cidades beneficiadas se pode citar: Alagoas/Maceió; Bahia/Salvador; Ceará/Fortaleza; Distrito Federal/Brasília; Espírito Santo/Vitória; Minas Gerais/Belo Horizonte; Pará/Belém; Paraná/Curitiba; Pernambuco/Recife; Rio de Janeiro/Rio de Janeiro; São Paulo/São Paulo; e Rio Grande do Sul/Porto Alegre.

O Projeto tem duração de três anos e contempla um conjunto de ações voltadas para a implantação do Ponto de Memória nas 12 comunidades selecionadas pelo PRONASCI.

Verifica-se que o apoio institucional está se dando da seguinte forma:

Realização de pesquisa diagnóstica e seleção de um conjunto de atividades relacionadas à aproximação da equipe do projeto junto à comunidade com o objetivo de divulgá-lo e de identificar as iniciativas de trabalho com memória social em curso. Esse trabalho teve início no segundo semestre de 2009, onde se iniciaram os contatos, nas 12 regiões definidas pelo PRONASCI, com os responsáveis pelos trabalhos e produções relacionados à memória local, explicando os objetivos, as

metas e as formas de apoio do projeto. A proposta foi identificar e conhecer esses trabalhos desenvolvidos pelas comunidades, no qual se escolheu 12 experiências para serem apoiadas desde a concepção até a instalação do Ponto de Memória em conjunto com a comunidade.

No quesito formação técnica, vem sendo realizado um conjunto de atividades voltadas para a capacitação técnica dos agentes de memória e composição da equipe de trabalho do Ponto de Memória. Na proposta se defendeu que a equipe de trabalho seja formada por moradores de cada uma das comunidades atendidas.

A assistência técnica vem congregando orientação, repasse de metodologia e instrumentos de trabalho, às equipes de trabalho sobre elaboração de projetos de instalação e manutenção de Pontos de Memória.

Visualiza-se nesse tipo de iniciativa do governo federal, segundo Marcos Arévalo (2004)¹⁹, o que a UNESCO em seus inúmeros estudos já previam, ou seja, a ampliação da noção de patrimônio cultural, desde os monumentos aos bens culturais; desde o objeto às idéias; daquilo que é material ao intangível; do histórico e artístico até chegar às formas de vida características e relevantes culturalmente.

Os dois projetos pilotos escolhidos foram: O Museu da Maré e o Museu de Favela. No Museu da Maré se pode conhecer um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré na cidade do Rio de Janeiro, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. Ele envolve vários núcleos de ação que têm como centro a exposição permanente, mas que se desdobram em outras ações como a organização de acervo documental; a realização de pesquisa em história oral; o desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas, como o grupo de Contadores de Histórias; além da realização de diversos eventos como exposições itinerantes, seminários, oficinas e produção de material temático. Chamo a atenção para o funcionamento no espaço do Arquivo Dona Orosina Vieira que foi uma das primeiras moradoras da Maré.

¹⁹ MARCOS ARÉVALO, Javier. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. 2004. Disponível em: <http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

Atualmente o Museu da Maré é uma das principais fontes de estudos sobre a memória e a história da favela e o seu acervo vem contar e preservar de uma maneira bem distinta uma história popular e não elitista. É nesse sentido que dá ênfase à vida social dos moradores do complexo da Maré. O acervo é composto por mapas, vídeos, fotografias, recortes de jornais e outros documentos textuais, objetos de uso doméstico, alfaias de faina, alfaias religiosas e brinquedos. É, em resumo, um lugar de vida, intercâmbio entre gerações que pretende tanto conscientizar seus moradores acerca da história que os envolve quanto mostrar para a sociedade em geral a riqueza histórica e cultural que detêm os subúrbios cariocas.

Já a outra experiência, o Museu de Favela (MUF) é uma organização não governamental formada com moradores das comunidades de Pavão, Pavãozinho e Cantagalo do Rio de Janeiro. Trabalha a partir de uma visão de futuro transformadora das condições de vida na favela, através da valorização da memória cultural coletiva e do desenvolvimento territorial e turístico.

O MUF começou com um “*brainstorming*” (tempestade de idéias) dos moradores insatisfeitos com o estado das coisas e com muita motivação e energia para promover mudanças. Assim surgiu a visão de futuro que se tornou o macro-objetivo do MUF: Transformar o morro em um Monumento Turístico Carioca da história de formação de favelas, das origens culturais do samba, da cultura do migrante nordestino, da cultura negra, de artes visuais e de dança.

Segundo afirma Marcos Arévalo (2004, p. 7)²⁰:

En las sociedades plurales, aparte el reconocimiento del patrimonio de las élites culturales, se está tomando conciencia del valor del patrimonio de la sociedad democrática, es decir, de las formas de vida de los grupos y las categorías que no detentan el poder político, social y económico, o lo que es lo mismo, las culturas populares. Frente al patrimonio monumental, trasunto de la cultura oficial, existe un patrimonio modesto, especialmente representado por las manifestaciones creativas de la cultura popular y tradicional. Un importante patrimonio inmaterial (artes narrativas: los

²⁰ MARCOS ARÉVALO, Javier. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. 2004, p. 7. Disponível em: <http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

distintos géneros de la tradición oral; artes interpretativas: el teatro, la música, la danza, los rituales...) vivo y en continuo proceso de cambio, expresión del pasado (la tradición) y también del presente (la continuidad). De tal manera el patrimonio se convierte en el vínculo entre generaciones, en lo que caracteriza e identifica la cultura de cada sociedad; en suma, en su memoria histórica y colectiva.

Mas embora a proposta pareça louvável do ponto de vista social, da tentativa do Estado no enfrentamento e combate ao crime organizado, ela traz consigo alguns questionamentos e inquietações que vejo pertinentes à classe arquivística e aos próprios conceitos culturais no Brasil, referindo-se à própria política de governo.

Por que a criação de Pontos de Memória se já existem os Pontos de Cultura? Memória não é cultura? Os Pontos de Memória serão um projeto a parte dos Pontos de Cultura e permanecerão assim ou se tenciona separar realmente memória, de outros eixos culturais? Ele passará de projeto para programa? Terá verba ampliada?

Por que a supervisão do projeto Pontos de Memória está nas mãos do IBRAM? Poderão bibliotecas e/ou arquivos participar ou somente museus?

Vê-se com um pouco de estranheza este projeto, pois inclusive o próprio Museu da Maré, ponto de memória contemplado como projeto piloto também é um dos pontos de cultura. Isto é no mínimo injusto como, por exemplo, um projeto de dança ou teatro que, por sua vez, não poderão concorrer como Ponto de Memória.

Uma das respostas dessa dualidade e atrapalho, pode estar sendo respondida pelo fato do projeto ser recente, no entanto, o governo deveria ter isso bem claro, afinal o projeto teve início em fevereiro de 2009, ainda assim, ao buscar informações no site do Ministério da Cultura, o mesmo não é auto-explicativo.

7 PODE O APERS SE TORNAR UM PONTO DE CULTURA

A arquivística e os profissionais da área, considerando o acréscimo da produção de informação e o maior uso desta, têm o papel cada vez mais reconhecido na sociedade que servem, na medida em que contribuem com soluções para os problemas de gestão das informações, garantindo um acesso dinâmico, seguro e democrático aos diferentes usuários.

A arquivologia, no entanto, encontra-se em meio ao processo de construção enquanto ciência. Em alguns países é mais reconhecida e respeitada; em outros, nem tanto. O momento então é de refletir sobre a realidade concreta e seguir planejando e construindo o objeto científico arquivologia.

Segundo Ramírez (2007, p. 30)²¹, no seu artigo intitulado *La Archivoeconomía*:

En la actualidad una premisa irrefutable y plenamente aceptada en todos los países del mundo es que la consulta de los documentos de archivo interesa no sólo a los historiadores.

Dentro del vasto campo de las ciencias sociales y humanísticas, los recursos documentales de una nación son proporcionalmente fundamentales, tanto “y cada vez en mayor medida” para antropólogos, sociólogos, lingüistas, economistas, demógrafos, científicos, escritores, periodistas, pedagogos, filósofos, arquitectos, ingenieros, médicos, geólogos, etc., como para las personas particulares que en no pocos casos los requieren con variados propósitos, y específicamente para fundamentar y legitimar sus derechos (títulos de propiedad, registros de nacimiento y matrimonio etc.) dentro de la sociedad en que la que viven.

Essa concepção interdisciplinar somado às inovações advindas, sobretudo, da web, além de provocar dúvidas e anseios na cabeça do profissional da área, o que é extremamente positivo e necessário em qualquer ciência; vem também trazer responsabilidades e cobrar posicionamento da arquivística, quanto à discussão de sua forma de atuar, de que lado permanecer, com quem se unir ou, até mesmo, lutar com as próprias forças. Segundo (GARCIA; SCHUCH, 2002)²², optar por uma arquivística integrada é de ordem fundamental para sua renovação, enquanto ciência, pois com esta concepção não se opta por atuar mais administrativamente, e

²¹ RAMÍREZ, Jonathan Enrique. *La Archivoeconomía*. In.: **Archivo... ¿Qué?** Vol 2, nº 10, Nov. 2007, p. 30.

²² GARCIA, Olga; SCHUCH Jr., Vitor. **A Aplicação da Arquivística Integrada, Considerando os Desdobramentos do Processo a partir da Classificação**. Londrina, v. 7, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1695/1446>>. Acesso em: 15 out. 2010.

tampouco só com a história, mas vem reforçar a ideia que a gestão arquivística deva compreender desde o nascimento até a destinação final das informações.

A preocupação da arquivística por hora tem sido a informação registrada nos documentos, bem como do princípio fundamental do respeito em situar o contexto em que os documentos foram produzidos ou recebidos. Mas aos poucos os questionamentos vêm ocorrendo na direção do que fazer com as informações registradas, ou seja, a que serve e a quem servem, trata-se aqui da difusão.

Rousseau e Couture (apud HAGEN, 1998)²³, colocam a necessidade de a arquivística redefinir e se reciclar, através da pesquisa, o seu campo de atuação, ao lado da biblioteconomia, da informática e das ciências da informação, libertando-se da dependência da história e da administração. Historicamente a arquivologia serviu de base de afirmação tanto de uma, quanto de outra, e nem por isso detém o respeito de ambas, costumeiramente vista como auxiliar destas.

A aproximação da arquivística junto a disciplinas ligadas à informação pode ser promissora, ao passo em que se abre o campo de atuação do arquivista, podendo livrar a área desse estigma de auxiliar da história e à administração.

Abrir o leque de atuação do arquivo se faz necessário, por que é direito do cidadão o acesso às informações, logo, se o Estado diz que suas informações estão acessíveis, mas fica esperando que seu usuário apareça, além de descumprir com um dever ético (dar acesso às informações), ela estará realizando uma má gestão arquivística, uma vez que atualmente, como o dinamismo, este usuário buscará sua informação de outra forma, ainda que os arquivos reforcem o caráter único de suas informações.

Ao desenvolver atividades que, hoje, podem ser vistas como paralelas à função principal dos arquivos, a instituição também está trabalhando o marketing da sua gestão e, como resultado, um maior número de usuários e melhor exposição da instituição.

Buscar novas alternativas, pensar o novo, buscar soluções de problemas de forma criativa, identificar oportunidades, gerar idéias inovadoras e habituar-se a

²³ HAGEN, Acácia. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Scielo Brasil**, Ci.Inf. vol.27 n.3, Brasília, set., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000300007>. Acesso em: 3 nov. 2010.

questionar. Tudo isso parece até receita de bolo, ou então, frases em quadros da visão e missão nas empresas; entretanto, longe de ser conceitos unicamente do meio empresarial, estas orientações, bem como o termo inovação, constituem-se de um método interessante e promissor a ser adotado também pela arquivística.

7.1 O Direito à informação e a interdisciplinaridade

Foi com a Revolução Francesa, a partir da criação do Arquivo Nacional, e da proclamação do direito público de acesso aos arquivos do governo, que se colocou formalmente a questão da importância dos arquivos e da necessidade de estarem acessíveis à população e pesquisadores:

“Um dos grandes marcos, para a História dos Arquivos, é sem sombra de dúvida a fundação logo em 1789, dos *Archives Nationales* de França, e com eles a já muito conhecida Lei de 7 Messidor, que sai no Ano II da Revolução, que proclama que os Arquivos estabelecidos junto da representação nacional eram um depósito central para toda a República. A esta Lei traz um conceito moderno e liberal de Arquivo, onde o Arquivo Central do Estado deixou de constituir um privilégio dos órgãos de poder e passou a ser entendido como Arquivo da Nação aberto ao cidadão comum. No século XIX, a política de concentração dos Arquivos vai ser continuada um pouco por toda a Europa, à exceção da Grã-Bretanha onde o processo vai ser mais tardio. No início deste século, perante o desenvolvimento do Positivismo, que preconizava a verificação documental ao serviço da análise histórica, contribui para que os arquivos adquirissem uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática. Já na segunda metade deste mesmo século e agora sob os auspícios do Reis - *O arquivo e arquivística evolução histórica* Historicismo os arquivos vão-se transformar em verdadeiros laboratórios do saber histórico. Na Época Contemporânea os arquivos vão adquirir dupla dimensão, onde se por um lado são garantia dos direitos dos cidadãos, por outro conservam e gerem a memória do passado da nação e por isso vão ser objeto da investigação histórica”. (REIS, 2006, p. 6)²⁴.

Sem dúvida um passo importante, embora, de fato, o acesso público aos documentos governamentais não fosse amplo neste momento. Durante o século XIX, a consolidação dos ideais revolucionários proclamados no final do século anterior e a consolidação de uma visão positivista da história contribuíram para aumentar a abertura, ainda gradual, dos acervos dos arquivos públicos. Ganhava

²⁴ REIS, Luís. O Arquivo e a Arquivística: Evolução Histórica. **Biblos**: Lima-Perú, v. 7, abril/jun 2006, p. 6. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/161/16172402.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2010.

espaço e tornava-se um conceito generalizado a idéia de que os arquivos constituíam a base da pesquisa histórica, e, desse modo, os Estados tinham a obrigação de mantê-los acessíveis.

Durante a primeira metade do século XX, não se observam mudanças substantivas com relação a esta questão. É no período posterior à segunda Guerra Mundial que se verificará radical transformação no próprio conceito de acesso aos arquivos. A inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 transforma o acesso aos arquivos em direito democrático de todos os cidadãos, e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica. Ficam claros, desta forma, os dois níveis de informação contidos em um arquivo: a informação contida no documento de arquivo, isoladamente, e aquela contida no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou.

Hoje, já não se concebe qualquer administração, seja a de um país, de um estado ou município, seja a de uma entidade ou comunidade, que não recorra aos documentos de arquivo, indispensáveis para que, a partir de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e servindo-se de suas atividades-meio, chegue, com resultados satisfatórios, ao desempenho de suas atividades-fins. Isto relativamente aos arquivos correntes, os chamados de primeira idade. De outro lado, já não se concebe pesquisa histórica que realmente possa analisar e “explicar” o passado, sem fazer uso dos arquivos permanentes ou históricos, os chamados de terceira idade, já que são fontes únicas.

“A interligação entre documento de arquivo e sociedade passa pela relação entre arquivos e governo, entre arquivos e patrimônio cultural/ pesquisa histórica e entre arquivos e cidadania. De instrumentos essenciais para o funcionamento de uma entidade, sejam os atos dispositivos que o comandem, sejam os documentos comprobatórios, que o provem, sejam os registros informativos que o acionem e o movimentem, os documentos de arquivo, passada a utilização ligada às razões estritas que os originaram, depois de criteriosamente avaliados e selecionados, serão preservados, em quantidades limitadas por esta seleção, para efeitos de pesquisa científica, herança cultural e testemunho social. Na verdade, estão na raiz de todos os atos de causa, efeito e resultados do para quê, do como, do porquê, do quando e do quanto, sob todos os pontos de vista, do ser e do existir das entidades que vão surgindo e se desenvolvendo em decorrência das necessidades de uma sociedade” (BELLOTTO, 2004, p. 232)²⁵.

²⁵ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 232.

A Arquivologia ao passo que é uma ciência muito antiga é também, ao mesmo tempo, moderna e jovem no que se refere ao seu reconhecimento, busca através de sua teoria, métodos e técnicas, solucionar problemas na gestão documental, trâmite, armazenamento, conservação, preservação, acesso e recuperação das informações contidas nos fundos documentais em diferentes tipos de suportes com caráter jurídico, administrativo e científico, de acordo com a necessidade de cada organização. É responsável ainda, pelo planejamento, criação, administração e organização de arquivos.

Durante muito tempo os arquivos públicos foram considerados depósitos de papéis velhos, de interesse apenas para eruditos. A própria administração pública considerava isso ao denominá-los de “arquivos mortos”. No entanto, a complexidade das ações governamentais, a crescente produção de documentos e o avanço das tecnologias de informação apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas para a gestão de documentos, de forma a assegurar racionalidade, eficiência e transparência administrativa, além, obviamente, de manter registro dos fatos e decisões oficiais da entidade pública.

Os arquivos públicos têm a importante função de acolher a comunidade, sendo responsável pelo contato da mesma com o material de seu acervo, contribuindo para o processo de aprendizagem, para a inclusão social e a consolidação da cidadania e da identidade nacional. Nestes locais devem ser desenvolvidas diversas ações educacionais e de difusão cultural, como exposições, atendimento a pesquisas e projetos de educação patrimonial. Os profissionais que atuam neste segmento têm o importante desafio de transformar os centros de memória em espaços de incentivo à cultura preservacionista e despertar na comunidade o interesse e a demanda por outros locais onde possam ter acesso às informações.

A legislação em vigor já aponta para esta direção, mas ainda não tem produzido os efeitos esperados ou uma mudança efetiva no sentido da gestão documental em nosso país, a exemplo da Lei nº 8.159, de 08.01.1991²⁶, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e detalha questões de preservação e acesso, tais como:

²⁶ BRASIL. Lei nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 05 out. 2010.

“Art. 1º É dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. [...] Art. 25 Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social”.

Sem dúvida, está posta a questão da proteção do patrimônio arquivístico e a possibilidade de punição para infratores. Não raro, muitos gestores municipais e de organizações poderiam ser enquadrados como infratores. Colocar a documentação em depósitos sem condições mínimas, à disposição dos ratos e insetos, com alto grau de umidade, com temperaturas elevadas, entre outras atitudes similares, caracteriza uma política de destruição deliberada de documentos de valor permanente.

O direito à informação encontra, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, (1948)²⁷, sua primeira formulação mais precisa estando contemplado no artigo 19: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão”.

Nesse sentido vem de encontro o fato de que a memória arquivística é imprescindível à sociedade e sua conservação será uma função social primordial, independente do suporte onde a informação está registrada. Logo, a ausência de processamento técnico, o armazenamento inadequado e a carência de recursos tecnológicos precisam ser equacionados de forma que as dificuldades de acesso às informações sejam sanadas.

Diante do direito à informação pelo cidadão, maior liberdade, período democrático e também dos avanços tecnológicos da sociedade atual a arquivística e seu profissional cada vez mais precisam estar de braços dados com algumas áreas ou campos de atuação correlatos.

²⁷ ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 06 out. 2010.

A informática, lembra Erthal (2007)²⁸, trouxe de volta para a arquivística o modelo de fidedignidade informacional tão procurado no período medieval e, a possibilidade para os arquivistas estabelecerem a crítica e participarem diante de questões como mudanças dos documentos textuais para o meio digital.

A história é, mesmo que criticada, outra aliada e, talvez, a mais fiel nesse processo interdisciplinar. A historiografia depende basicamente da contribuição arquivística na preservação das fontes documentais orgânicas, na difusão e facilidade de acesso, que permitirá que gerações futuras conheçam o passado de maneira idônea.

A paleografia, por exemplo, é fundamental para conhecer, organizar, guardar, preservar e utilizar os documentos arquivísticos, estudando desde a definição e história desse vocábulo, as escritas hieroglíficas na difusão da escrita alfabética pelo mundo antigo, as diversas espécies de letras usadas, letra cursiva, letra minúscula, tipos de abreviaturas, caracteres usados nos documentos e códices dos arquivos e demais aspectos pertinentes ao tema. A sua história se funde com a própria história dos arquivos, desde o período feudal, de épocas de privilégios, onde uma pequena casta mantinha os registros, bem como o saber. Inúmeras situações vão decorrer desse período como, perdas na documentação, roubos, incêndios, além de fraudes. Cabe lembrar que neste momento era também inquestionável o poder da Igreja Católica, onde muitos documentos também eram custodiados e copiados por monges. Toda esta fase histórica que em muitos locais permaneceram, é matéria prima que retratam um contexto que necessita ser estudado e conhecido. É então que a arquivística somado à técnica paleográfica vem decifrar fatos passados, assim como □organizar acervos arquivísticos.

Conseguir realizar leitura paleográfica pode ajudar arquivistas a cumprir seu papel moderno e democratizante das informações, podendo ser elucidativo no que tange antigas instituições, os costumes locais, por isso os documentos devem ser estudados e transcritos para os usuários dos arquivos. Ao arquivista cabe adquirir os

²⁸ ERTHAL, Daniele. Representação e Registro: o papel do profissional arquivista na preservação do patrimônio documental. In: *Congreso de Archivología Del Mercosur*. 2007, Viña del Mar. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/60.PDF>>. Acesso em: 21 out. 2010.

conhecimentos necessários para poder interpretar os fatos que irão surgir dos diferentes tipos de grafias, o que lhe possibilitará uma correta compreensão dos documentos.

A paleografia é de fundamental importância para o entendimento da história e cultura das civilizações antigas. Através da decifração obtida pelos paleógrafos, os historiadores e arqueólogos conseguem obter dados importantes através dos documentos escritos. Por isso, conhecer paleografia é de grande necessidade para o arquivista que irá avaliar documentos sobre seu valor informacional e realizar estudos sobre documentos que representem a cultura e o patrimônio de uma nação.

Com a paleografia o arquivista pode estudar as características externas da documentação, determinar a idade e nacionalidade de documentos manuscritos e realizar análise nos distintos tipos de grafias que construíram parte da identidade cultural de uma sociedade.

Numa época de mudanças, a paleografia e também a diplomática continuam a ser essenciais na formação do profissional arquivista, sobretudo para a compreensão do processo gerador da informação, no seu contexto tecnológico da Ciência da Informação.

As transformações que culminaram na globalização da economia mundial, os crescentes níveis de competitividade internacional, o alto valor agregado das tecnologias e o ingresso na era da informação estão propiciando uma nova reestruturação do conhecimento, bem como requerendo a formação de recursos humanos de alto nível para responder aos desafios futuros. Por outro lado, a informação precisa e oportuna constitui atualmente o insumo básico e fator de importância central nos diversos processos da atividade humana.

O mundo mudou e cresce na sociedade a conscientização da importância da informação e da memória, como fator de transformação e de alavanca para o desenvolvimento. No entanto, a nova ordem mundial exige um profissional mais comprometido com as “causas e coisas” da área e competente para enfrentar os novos desafios futuros.

Há exigência, portanto, de um profissional apto a trabalhar com a informação desde a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e uso da mesma, utilizando como ferramenta a tecnologia disponível, e a virtualidade dos registros documentais já é uma realidade. A interdisciplinaridade articula as disciplinas na busca da unidade e força não

somente que a arquivística procure, mas que seja procurada por outras áreas, como a comunicação social, a biblioteconomia, a museologia, o direito, a educação, entre outras.

7.2 Apropriação das ferramentas do *marketing* pela arquivística

Outra grande percepção interdisciplinar que um arquivista ou gestor de arquivos deve ter está ligada à difusão do seu trabalho e, a isso é necessário que o mesmo esteja consoante com alguns conceitos e ferramentas da área de marketing.

Como, por exemplo, o “*Marketing Mix*” ou como também são conhecidos os 4Ps. Trata-se de grupo de ferramentas estrategicamente controláveis que uma instituição usa para produzir a resposta que deseja no mercado alvo. É o que se conhece atualmente como produto, preço, praça e promoção.

Na arquivística, como uma ciência informacional que é, pode-se analisar a relação do que seria cada um dessas seguintes situações. O produto seria a informação, mas de uma forma beneficiada, um pouco mais trabalhada, visando atrair o usuário/cliente do arquivo. Exemplo: Num arquivo permanente, o arquivista pode mostrar que aquela informação não é somente papel velho e quebradiço, mas que esta riqueza informacional pode se transformar em um vídeo, um documentário sob determinado tema e atender escolas, jovens do ensino médio.

O preço é diretamente proporcional ao trabalho de lapidação da informação. Exemplo: Se uma grande empresa do ramo da celulose e papel quer justificar a sua atuação e trabalho não somente em exploração, mas também em sustentabilidade, em função da proteção do meio ambiente e o arquivo permanente desta empresa possui conteúdo informacional que possa remontar a sua prática nesta defesa, bom então, poder-se-ia realizar uma publicação que também poderia ser estendida a escolares, lembrando que o arquivista pode e deve participar na vanguarda e não somente como coadjuvante.

A praça estaria no público alvo das ações realizadas pelo arquivo e não somente no usuário direto do acervo. Exemplo: seguindo a mesma linha de raciocínio do exemplo anterior, a praça poderia ser a escola que recebesse uma oficina ambiental realizada a partir de fontes primárias.

Já a promoção estaria na participação do arquivista em eventos da sua área primeiramente e posteriormente em demais áreas correlatas, além de divulgação de sites, entre outras formas já tão presentes.

Segundo Las Casas (1993)²⁹: satisfazer as necessidades de um indivíduo é um trabalho bem mais fácil, pois o produto será adaptado a algumas necessidades específicas e pronto. Mas para a produção em massa, que atinge milhões de consumidores o trabalho é mais difícil. Nesse sentido a segmentação de mercado pode ajudar as organizações a desenvolver e comercializar produtos que se aproximem a satisfação do mercado-alvo.

A segmentação de mercado deverá estar sempre presente nas práticas arquivísticas quando o arquivista responsável pelo arquivo, centro de documentação ou afim, for pensar-repensar seu planejamento no atendimento ao seu usuário, cliente da informação. Seja arquivo público, privado, empresa de consultoria, o grande fato é que cada uma destas tem suas razões de existência (demanda por serviços) e procurarão atender as especificidades de seus clientes e usuários. É claro que nem tudo poderá ser tão exclusivo, sob a ótica de nunca conseguir êxito nas realizações devido a gama muito alta de especificação, mas cada instituição deverá realizar pesquisa, fazer levantamento de modo a caracterizar grupos similares.

No trabalho que é realizado em acervos permanentes; diferentemente dos acervos correntes, existe uma relação de trabalho-usuário que necessitam um perfil totalmente diferenciado que o demandado na fase primária. Isto já é segmentação.

Outro exemplo está nas diferenças culturais e regionais existentes em nível estadual, por exemplo, como o Rio Grande do Sul, e as suas zonas de imigração alemã e italianas, o que exige um tratamento diferenciado, por exemplo, daquele dispensado na zona sul do Estado ou da fronteira oeste, são costumes muito

²⁹ LAS CASAS, Alexandre. **Marketing**: Conceitos, Exercícios e casos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1993. p.104-125.

diferentes. Há regiões onde a família é muito importante, há outras que nem tanto. Na primeira delas a busca por estudos de genealogia é freqüente; já na última, nem tanto.

Jardim; Fonseca (2004, não paginado)³⁰ nos relatam:

Um serviço de informação orientado ao usuário implica em se considerar o usuário e o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação. Hoje a informação encontra-se crescentemente "on-line", fora do ambiente tradicional dos serviços de informação. É a primazia de um não lugar, a Internet, sobre os lugares tradicionais de gestão e transferência da informação como os serviços e instituições arquivísticas. Assim, um serviço de informação centrado no usuário explicita institucionalmente seus objetivos de atender às necessidades de informação deste. A tomada de decisões relativas ao planejamento e à gestão é orientada sob esta perspectiva.

Uma das mais tradicionais formas de segmentação tem sido a de usar variáveis demográficas e sócio-econômicas. Na área arquivística, acredita-se não ser diferente.

A "idade" é uma variável muito significativa para um arquivo. Muitas campanhas de difusão podem ser dirigidas para crianças, adolescentes e adultos. Um exemplo exitoso é do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho. Investe-se na educação patrimonial, com um Programa de Educação Patrimonial dirigido ao público jovem com o objetivo de sensibilizar e conscientizar para a necessidade de preservação dos bens patrimoniais documentais, culturais e naturais, sendo importante agente de alfabetização cultural, incidindo no reforço à auto-estima, à identidade local, colaborando, assim, para a construção da cidadania.

Esta formação é fundamental para que a comunidade faça parte da tarefa que também lhe cabe, que é preservar a memória em suas diferentes interfaces. Considera-se muito importante o fato das crianças terem grande influência em suas famílias, podendo contribuir junto aos familiares com relação aos arquivos e sua importância.

Pode-se também trabalhar a variável etno-cultural, onde campanhas de difusão do acervo podem dar ênfase aos documentos de cidades, descendentes, etc.

³⁰ FONSECA, Maria O.; JARDIM, José M. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v. 5, n. 5, out., 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 06 nov. 2010.

Outra variável se refere à instrução, tornando-se muito importante para o campo arquivístico, pois estabelece uma triagem nos usuários estudantes, como ensino fundamental, ensino médio, universitário, entre outros.

A variável ocupação também tem grande valia para os arquivos, possibilitando a realização de difusão mais rápida para usuários que podem ser universitário, professores, historiadores, comunicadores, arquitetos, administradores, etc.

Portanto, o centro dessa discussão é que existem diferenças entre os usuários de arquivo, diferenças essas que devem ser consideradas no processo decisório do arquivo e, sobretudo, entendidas e ratificadas através de um manual de trabalho.

7.3 Os arquivos e o processo cultural na construção de identidade

As identidades são construídas dentro da cultura por isto que não se pode dissociá-las, já que estão entrelaçadas. A identidade se molda baseada na cultura, com a vivência, com os sabores e dissabores da vida. Ela vai dizer respeito a tudo que constitui um grupo social, inserido ou não, em uma sociedade: ou seja, seus meios de produção econômicos, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de parentesco, seus sistemas de conhecimento, suas crenças religiosas, sua língua, sua psicologia, suas criações artísticas, etc.

Então se pode dizer que as representações interferem na formação de baixas e altas culturas? Pois, tranquilamente, deve-se afirmar que não há baixas e altas culturas. O que sempre ocorreu foi que as representações intervieram no sentido a desencorajar os menos aquinhoados a se reconhecer como representação também e, conseqüentemente, como parte integrante da sociedade, como afirma Martin Dreher (2008, p. 58)³¹:

“Na área das ciências humanas foi se desenvolvendo, paulatinamente, disciplina que se auto-definiu de Antropologia Social. Ela se ocupou com os desníveis existentes em sociedades humanas. Para que se chegasse a afirmar que grupos subalternos também tinham cultura, no entanto, foi

³¹ DREHER, Martin. Conversas a partir da margem: dialogando sobre os Mucker. In.: **Campos Múltiplos: Identidade, Cultura e História**. Festschrift em Homenagem ao Prof. Arthur Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia / Oikos, 2008, p. 58.

necessário longo percurso. A identidade e a cultura são conceitos que abrange atitudes, comportamentos, religião e foi difícil para a academia paternalista admitir que as classes inferiores que tanto necessitavam de cultura, também tinham cultura e, cultura própria.”

O conhecimento da nossa própria cultura e o reconhecimento da nossa identidade passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas e, devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única.

Mas, e pode existir um sujeito sem identidade? Esta resposta sempre virá contextualizada. Para respondê-la, baseio-me em conversas informais que obtive com membros do Movimento dos Sem Terras (MST), do assentamento da cidade de Nova Santa Rita quando elaborei um artigo a respeito do movimento. Para além das polémicas existentes entre os estudiosos da questão agrária no Brasil, a respeito dos avanços e retrocessos da luta pela reforma agrária na conjuntura atual, e do papel político desempenhado pelo MST na reentrada deste tema na agenda do país, o fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio, “os Sem Terra”. Neste sentido, Sem Terra é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Entre algumas conversas junto ao coletivo obtive as seguintes afirmações, Christoff (2007)³²: Antes não éramos ninguém, não estávamos unidos, não nos visitávamos, não tínhamos convívio social, éramos gente miserável lutando isoladamente para não morrer de fome; hoje, porém, estamos em busca do nosso espaço, discutindo uma sociedade.

Então, pode se afirmar que as identidades estão calcadas em um jogo de poder e de exclusão? Com certeza que sim! As classes sociais, não se formam isoladamente, mas em referência mútua, em contraposição ou até oposição umas às outras. A identidade, por exemplo, de um grupo social é, ou se torna, aquilo que o jogo do poder permite nas relações com as outras. É preciso lembrar sempre que, no interior de cada grupo, constroem-se representações, identidades e situações

³² CHRISTOFF, João. A Informação está para o Poder, assim como a Terra para o Latifúndio. In.: V Mostra de Pesquisa do APERS. **Anais...** Porto Alegre: CORAG, 2007, p. 99 – 116.

sociais que se confrontam com as de outros grupos e categorias sociais. Ao mesmo tempo, essas relações realizam-se em articulação com condições identitárias definidas a partir de outras categorias relacionais, principalmente, gênero, classe social e etnia. Como exemplo, se pode mencionar a identidade do estancieiro no RS, como figura reverenciável, mantenedor das tradições e próprio “peleador” pelo Estado e, de outro lado, uma imagem construída, pelos aliados do estancieiro e por ele igualmente, incitadamente pejorativa, quando se referem ao MST, vulgos baderneiros, arruaceiros, etc.

E como afinal acontece a relação de dependência entre identidade e diferença? Pois bem, encontra-se no conjunto do campo etnológico (vivencial) certo número de tensões importantes, opondo a universalidade e as diferenças, a compreensão por dentro e a compreensão por fora, o ponto de vista do mesmo e o ponto de vista dos outros. Mas essas tensões são verdadeiramente constitutivas da própria prática do fazer antropológico. E só começa a existir a partir do momento em que o ser humano se entrega a um confronto entre esses diversos termos, vive dentro de si essas tensões, freqüentemente polêmicas, esforçando-se em pensá-las e dar conta delas. Imaginemos uma discussão de diferenças e identidade entre os pioneiros colonos alemães do RS, portanto brancos, e os escravos do nosso período colonial, logo, negros. Ambos sofreram, trabalharam feito: “burros-de-carga”, são portadores de cultura e também de diferenças, porém qual a identidade deles? Os primeiros tiveram êxito, venceram, alcançando postos nobres perante a sociedade, ditando e construindo sua história, mas e a identidade do povo negro? É apenas recentemente que ela vem sendo considerada, desconstruindo a versão de que o negro sempre foi um sujeito preguiçoso, inclusive tendo que existir lei para que o ensino da cultura afro fosse contemplado.

Segundo Turino (2009)³³ tudo o que ganha sentido compõe a nossa cultura, isso é à base da nossa identidade e do desenvolvimento econômico, tecnológico, artístico e social. E o identificar da identidade deve demonstrar as contradições e romper com o que nos julga homogêneos, por que não o somos.

³³ TURINO, Célio. **Pontos de Cultura**: o Brasil de baixo pra cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

Para o êxito da construção identitária num processo cultural faz-se necessário, por sua vez, provocar situações de aprendizado sobre o próprio processo cultural e, um dos seus eixos está ligado a partir de um trabalho educacional centrado na preservação do patrimônio como fonte primária de conhecimento individual e coletivo, capacitando o sujeito para um melhor uso desses bens.

7.4 Para além do tradicional

“A necessidade da difusão e circulação dos bens culturais deve ir muito além de eventos. Em uma política cultural consistente o evento é resultado de um processo, nunca um fim em si mesmo. Um processo de irrigação constante, que preserva, forma, fomenta, difunde e se recria”

Célio Turino

Conhecer e recuperar o patrimônio cultural é, segundo Turino (2009)³⁴ a base de uma nação, pois um povo que não tem um acervo de conhecimentos, arte e memória não tem referências que lhe permitam visualizar um futuro, estando condenado a ser um mero espectador e nunca um protagonista.

Geralmente, a forma como os arquivos se apresentam despertam pouco interesse, pois a maneira utilizada pelos meios de comunicação, é visualmente mais fácil e costumeiramente mais atrativa. Algumas instituições arquivísticas permanecem distantes, por diversos motivos, do “mundo real”, do progresso e do meio que a rodeiam. Reinventar o método de trabalho arquivístico e fazer uso da criatividade consistirá, durante um bom tempo, numa árdua tarefa ao arquivista. Paiva (2002, p. 17)³⁵ traz um pouco da sua experiência com iconografia: “a iconografia é uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as preferências e as escolhas do produtor, assim como todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada”.

³⁴ TURINO, Célio. **Pontos de Cultura**: o Brasil de baixo pra cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

³⁵ PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Coleção História &...Reflexões. Belo Horizonte: Autentica. 2002, p. 17.

As modernas fontes de informação estão realmente substituindo em certo sentido, por exemplo, a escola e a educação organizadas e tradicionais, ou seja, a educação formal. Muitas noções históricas, geográficas ou científicas e muitas atitudes culturais são tiradas, hoje, do cinema, da televisão, das gravuras, das fotos. Cabe a quem for fazer uso desta rica fonte, dar-lhes o contexto sócio-cultural em que foram produzidas. Isto, os princípios arquivísticos podem resolver facilmente.

Ao trabalho arquivístico já não faz mais sentido que a documentação esteja, somente, organizada e tratada, uma vez que a verdadeira vocação dos arquivos está em ser, não somente guardião, mas difusor e catalisador das fontes em prol do conhecimento humano.

Segundo Bellotto (2004)³⁶ todo arquivo nasce administrativo, oriundo de uma demanda de gestão. Portanto o arquivo permanente é o reconhecimento histórico da administração. E é por isso que um arquivo, mesmo que permanente não terá somente historiadores como consulentes, senão pessoas da administração, curiosos, leigos. A partir da difusão que o gestor da documentação oferecer, pode-se criar uma demanda totalmente diferenciada àquela que os arquivos permanentes muitas vezes estão acostumados, em que o consulente tem um prévio preparo e vai até o arquivo em busca do que necessita. Bellotto segue afirmando:

No que concernem os serviços de assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, embora a pedagogia brasileira venha sendo renovadora e progressista. Porém, nos modernos métodos didáticos não foram incluídos os usos possíveis da documentação de arquivo. A abertura dos arquivos a um novo público – o escolar, o dos alunos do ensino fundamental e médio – pode propiciar benefícios didáticos surpreendentes. BELLOTTO (2004, p. 230)³⁷.

Os arquivistas necessitam sair de suas salas e se deterem em encontrar possíveis usuários. Para isto deverão estar de olhos bem abertos as novas ferramentas para chegar até este, por que o usuário do arquivo no século XXI não será somente aquele cidadão que faz suas pesquisas isolado em um acervo

³⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

³⁷ Ibidem, p. 230.

dentro de suas limitações geográficas; será alguém dinâmico em busca de informações que necessitarão estar conectadas e descritas entre acervos afins, possibilitando a este tirar suas dúvidas, conhecer um pouco mais da sua sociedade inclusive sem sair de casa.

Em seu artigo, Jardim e Fonseca (2004, não paginado.)³⁸ relatam preocupações:

A noção de acesso à informação arquivística tende a estar mais relacionada aos atributos do arquivista e aos deveres da instituição arquivística do que a um processo de transferência da informação que envolve necessariamente a participação do usuário. De maneira geral, o usuário não se configura como sujeito do processo de transferência da informação e sim como objeto (nem sempre explicitado) do acesso à informação.

No que concernem os serviços de auxílio para com a educação o papel arquivístico nacional tem sido pouco explorado, ainda que os educadores e pedagogos a muito já vem trabalhando e aceitando que a educação se complementa nas construções informais.

A abertura dos arquivos à comunidade escolar, sobretudo, no nível médio, pode ir preparando e criando uma mentalidade científica no aluno brasileiro desde muito cedo.

A informação necessária para construir um projeto de aula por um professor não mais está num currículo formatado previamente e tampouco publicada em livro, mas a partir de ideias chave, perguntas e questionamentos que vão além das matérias escolares que permitem desvendar o mundo, descobrir relações existentes, interrogando-se sobre o significado das interpretações.

Segundo Moran (2000, p. 36)³⁹ "... a informação é a matéria prima do conhecimento. É o primeiro passo para compreender o mundo, pára criar novas relações, contextos. O conhecimento só é construído quando se atribui significado à informação".

³⁸ FONSECA, Maria O.; JARDIM, José M. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** - v. 5, n. 5, out. ,2004. Não paginado. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 06 nov. 2010.

³⁹ MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 36.

No ano de 2009, paralelo à Mostra de Pesquisa do APERS, foi criado também, nos mesmos moldes, um edital específico para alunos de nível médio, de modo que, se estabelecesse um maior contato do aluno e escola para com os acervos de fonte primária, garantindo publicação dos textos selecionados. No entanto, diferentemente, da Mostra no nível universitário, não houve procura dos alunos.

Ainda assim a iniciativa já demonstra um cambio de entendimento na gestão do arquivo e deve com certeza ser aprimorada, realizando, por exemplo, uso de ferramentas de avaliação, como a matriz “swot”, de modo evidenciar fraquezas e pontos fortes no projeto da mostra, procurando evidenciar por que não houve procura e o que faltou para o êxito no objetivo?

Segundo a professora Bellotto (2004)⁴⁰, o que falta é uma sistemática que promova a integração das funções didáticas com a arquivística. É preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir elemento costumeiro, constante do programa escolar.

Outro trabalho muito interessante e que também vem sendo desenvolvido pelo APERS, está ligado ao apoio que o mesmo vem dando à temática da cultura negra no Brasil, sobretudo num país onde é necessário fazer lei para reconhecimento cultural daqueles que também fazem parte da sua população.

Poderia o APERS, dar o “ponta-pé” inicial, sendo pioneiro, na ligação arquivo-escola no que tange a documentação do projeto Documentos da Escravidão, usando como principal defesa do projeto, a própria Lei nº 10.639, que obriga o ensino da cultura afro-brasileira junto ao ensino fundamental e médio.

Para ir além do tradicional, muito dependerá de como pensam os gestores sobre a real função arquivística, somada à capacidade gestora dos que comandam as instituições arquivísticas, da capacidade articuladora de convencer, de apresentar novos projeto e de se inter-relacionar com outras áreas afins.

⁴⁰ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

8 CONCLUSÃO

Discutir cultura em um país com extensão continentais é certamente uma tarefa difícil, sobretudo se não forem considerados os fatores históricos, as políticas públicas e a taxa elevada de concentração de renda existente ainda no Brasil. E pensar que o Ministério da Cultura tem a idade ainda de um adolescente!

Ainda assim não se pode negar que a área cultural teve melhoras, sobretudo, pelas reivindicações de setores da cultura e gestores culturais que engrossaram o brado pra cima do governo. Este, por sua vez, compreendeu que a cultura necessitava e merecia um tratamento mais adequado, sem amadorismo e planejamento estratégico. E hoje isto é fato, sobretudo nas duas gestões do governo federal (2003 – 2010) nominados nas pessoas de Gilberto Gil e Juca Ferreira, que no decorrer dos seus trabalhos também reivindicaram espaço junto ao núcleo econômico do governo.

Muitos paradigmas foram rompidos, conceitos foram revisados, discussões foram travadas. Desafiando um pouco mais, através de um novo modelo de gestão cultural no Brasil o Ministério da Cultura veio nos apresentar, junto de outras áreas, os conceitos de identidade, diversidade, compartilhamento, porém dois deles, empoderamento e protagonismo passaram a ter papel central na gestão cultural, fazendo com que o próprio sentido de construção cultural passasse por revisões. Diante dessa reflexão se encontram, numa pequena parcela da atuação cultural brasileira, os arquivos e, noutra grande parcela, as possibilidades destes na atuação cultural brasileira.

Em níveis nacionais, agregado a um projeto de integração nacional a cultura vem protagonizando, que o Brasil se conheça. Evidenciando a riqueza e a diversidade na unidade.

Contribuir para esse processo é um dever dos arquivos, já que estes se constituem de informações únicas que são, sobretudo e, não se podem esquecer, construções de uma sociedade.

Ao APERS visualiza-se muitas oportunidades e, uma delas é a sua participação junto ao Programa Cultura Viva do governo federal, através do projeto Ponto de Cultura. Trazer o arquivo pra junto da cultura é ampliar as suas possibilidades de atuação, é aumentar o número de consulentes, é difundir o arquivo

pelo *marketing*, mas principalmente contribuir com um dever ético da área que é dar acesso as informações e isto é processo cultural puro, uma vez que ao difundir informações, o Arquivo está fomentando que a sociedade se conheça, já que o que se custodia é o próprio reflexo da construção social e seu arcabouço de relações.

Por isso, se, por um lado, uma certeza que se tem é que os arquivos não vêm desempenhando uma participação considerada na parte cultural; por outro lado, outra certeza que permeia é que existem inúmeros caminhos para se aproximar da questão cultural, como os editais existentes, um novo momento político e uma sociedade mais envolvida.

Entretanto, cabe aos, arquivistas e gestores de acervos arquivísticos, usar da criatividade, refletir mais sobre a função dos arquivos diante da sociedade e entender que a cultura não deve ser repassada pelo Estado à população então carente culturalmente, mas compreender que a cultura já existe por si só, já permeia os diferentes ambientes sociais, como as pessoas e os grupos. E que a cultura pertence às pessoas, tendo no Estado apenas um catalisador na conquista de espaços destinados às manifestações culturais, no empoderamento e nas condições para que a população se manifeste culturalmente.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BORGES F^o, João N. **POLÍTICA CULTURAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**: os casos das Universidades Federal e do Estado do Amapá – UNIFAP E UEAP, 2010. Disponível em: <http://www.politicasuece.com/v6/admin/publicacao/JOAO_NASCIMENTO_BORGES_FILHO.pdf>. Acesso em: 10 de 2010.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico de 2010**: Cidade de Montenegro no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 26 nov 2010.

BRASIL. IBRAM. **Política Nacional de Museus**: memória e cidadania. 2003. Disponível em: <http://www1.museus.gov.br/IBRAM/doc/publicacoes/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em: 09 out. 2010.

BRASIL. IPEA. **POLITICAS SOCIAIS**: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/07_cultura.pdf>. Acesso em: 5 out. 2010.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 05 out. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Mapas de Rede**: pontos de cultura no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.mapasdarede.org.br/mapa/#>>. Acesso em: 18 set. 2010.

CHRISTOFF, João. A Informação está para o Poder, assim como a Terra para o Latifúndio. In.: V Mostra de Pesquisa do APERS. **Anais...** Porto Alegre: CORAG, 2007, p. 99 – 116.

DREHER, Martin. Conversas a partir da margem: dialogando sobre os Mucker. In.: **Campos Múltiplos**: Identidade, Cultura e História. Festchrift em Homenagem ao Prof. Arthur Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia / Oikos, 2008.

ERTHAL, Daniele. REPRESENTAÇÃO E REGISTRO: O PAPEL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR. 2007, Viña del Mar. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/60.PDF>>. Acesso em: 21 out. 2010.

FERREIRA, Juca. Uma Lei à Altura da Cultura Brasileira. **Revista Interesse Nacional**. 2009. Não paginado. Disponível em: <http://interessenacional.com/artigos-integra.asp?cd_artigo=42>. Acesso em: 11 out. 2010.

FRANCISCO, Severino. **Sociedade da desinformação**. 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001540/154058por.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2010.

GARCIA, Olga; SCHUCH Jr., Vitor. **A Aplicação da Arquivística Integrada, Considerando os Desdobramentos do Processo a partir da Classificação**. Londrina, v. 7, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1695/1446>>. Acesso em: 15 out. 2010.

HAGEN, Acácia. **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística**. **SciELO Brasil**, Ci.Inf. vol.27 n.3, Brasília, set., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000300007>. Acesso em: 3 nov. 2010.

LAS CASAS, Alexandre L. **Marketing: Conceitos, Exercícios e casos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1993. p.104-125.

MACHADO, Nilson José. **Educação: Projetos e valores**. SP: Ed. Escrituras, 2000.

MARCOS ARÉVALO, JAVIER. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. Disponível em: <http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

MORAES, Renato. **Mecenato e a nova Lei Rouanet**. 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/10/02/mecenato-e-a-nova-lei-rouanet-artigo/>>. Acesso em: 30 set. 2010.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 06 out. 2010.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Coleção História &...Reflexões. Belo Horizonte: Autentica. 2002.

PORTO ALEGRE. FUMPROARTE. **Projetos beneficiados 1994 a 2009**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fumproarte/default.php?p_secao=33>. Acesso em: 08 out. 2010.

PORTO ALEGRE. FUMPROARTE. **Valor total anual investido em projetos de 1994 a 2008**. Disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fumproarte/default.php?p_secao=5>. Acesso em: 5 out. 2010.

RAMÍREZ, Jonathan Enrique. La Archivoeconomía. In.: **Archivo... ¿Qué?**. Vol 2, nº 10, noviembre 2007.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: O caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

REIS, Luís. O Arquivo e a Arquivística: Evolução Histórica. **Biblos**: Lima-Perú, v. 7, abril/jun 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/161/16172402.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2010.

ROSÁRIO, Claudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. **Morfeus**. Revista Eletrônica em Ciências Humanas – Ano 01, numero 01, 2002. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero01-2000/claudiarosario.htm>>. Acesso em: 18 out. 2010.

TURINO, Célio. **Pontos de Cultura: o Brasil de baixo pra cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESCO. **Relatório mundial da UNESCO**. 2009. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755POR.pdf>>. Acesso em: 30
set. 2010.

APÊNDICE A

João Carlos Christoff

Rua Dr. Barcelos, nº 1755 casa1
Porto Alegre, RS, 91910-251
51-30627547(residencial) e 51-96454540
jcprussia@yahoo.com.br

Sra. Isabel Oliveira Perna Almeida
Diretora do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)
Rua Riachuelo, nº 1031, Porto Alegre, RS

Prezada Diretora,

Primeiramente, parablenzo-lhe pelo novo compromisso que lhe foi confiado, principalmente, pelo fato que o APERS sempre foi fundamental à comunidade arquivística do Rio Grande do Sul.

Sou Arquivista, formado pela UFRGS em 2007 e Especialista em projetos Sociais e Culturais também pela UFRGS em 2009.

Atualmente estou em fase de conclusão do curso de **Pós-graduação à Distância Gestão em Arquivos**, parceria da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a minha monografia tem como título: “**Arquivos e Cultura: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no Programa Cultura Viva**”. Vem trazer uma discussão teórica, bibliográfica, sobre os arquivos e suas possibilidades na gestão cultural brasileira, o fomento, os editais e, o Programa Cultura Viva.

Desde 2003 a questão cultural avançou muito com as duas últimas gestões e seria muito interessante que isto pudesse refletir no nosso Estado também, o que acredito ser possível.

Quero muito poder contar com a sua disponibilidade e contribuição para atender a minha entrevista.

Caso tenha alguma dúvida, não hesite em me contatar.

Agradeço desde já pelo tempo dedicado ao exame do meu pedido.

Atenciosamente,

João Carlos Christoff

APÊNDICE B

**Transcrição de entrevista realizada com a Sra. Isabel Oliveira Perna Almeida,
Diretora do Arquivo Público do Rio Grande do Sul**

1- Qual deve ser a contribuição dos arquivos à cultura do Brasil? (João)

(Diretora) Entendemos que um dos papéis fundamentais dos arquivos consiste em fomentar a nossa cidadania política e cultural, bem como estimular a nossa identidade nacional e regional, e para tanto se faz necessário que haja uma adequada preservação dos acervos arquivísticos de modo a propiciar o acesso à informação contida nestes documentos. Logo, os arquivos devem ser espaços de pesquisas, debates, reflexões, além de também serem espaços de educação e de lazer.

Resumidamente, constam alguns projetos que pensamos em desenvolver em nossa gestão na entrevista que demos ao Jornal do Centro de Porto Alegre. Enviar-te-emos, a seguir.

2- Acredita que há um alinhamento maior do APERS junto à administração, em detrimento da cultura, inclusive pelo mesmo estar lotado na Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Executivo gaúcho e um conseqüente abandono no que tange o lado cultural? (João)

(Diretora) Acreditamos que este é um dos grandes desafios do APERS, na medida em que por um lado, ele tem a competência de executar a política de gestão documental, e assim é compatível com a atuação dos outros Departamentos existentes na Secretaria da Administração e Recursos Humanos. Ver Lei nº 12.697, de 4 de maio de 2007. Mas por outro, - ver regimento da SARH, aprovado pela portaria nº 31/1998)- tem atribuições de preservar e disseminar a nossa memória, assim como implementar atividades culturais, promover a divulgação do acervo por nós custodiados, realizar pesquisas históricas, entre outros. Enfim, em grande parte estimular e fomentar a nossa cultura.

Este desafio, contudo não é o único, uma vez que os arquivos também não têm o prestígio que têm outras instituições culturais como as Bibliotecas e os Museus, por exemplo. Entretanto, apesar destes desafios existirem, o APERS desenvolve e realiza inúmeras atividades culturais há muitos anos.

3- Qual a importância dos editais de fomento cultural para o APERS e a iniciativa de participar dos mesmos? (João)

(Diretora) Estes editais de fomento cultural para o APERS são da maior importância uma vez que é por meio deles, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com a Associação de Amigos do Arquivo Público que importantes projetos foram desenvolvidos e serão executados neste ano de 2011.

Neste contexto, destacamos que um dos principais projetos de descrição em desenvolvimento vem sendo realizado com o a obtenção de recursos captados por editais de fomento, que é o Projeto Documentos da Escravidão, tendo como resultado a publicação de catálogos seletivos referentes as Cartas de Liberdade, Escrituras de Compra e Venda de Escravos, Inventários e Processos Crimes envolvendo escravos. Numa nova etapa a ser iniciada, os documentos serão digitalizados e vinculados à descrição já existente. Projeto que tem como parceria a Associação de Amigos do Arquivo Público. Além disso, as atividades de educação patrimonial que terão continuidade neste ano, tais como: “Os Tesouros da Família Arquivo” e a oficina “Desvendando o Arquivo Público: historiador por um dia” serão possíveis graças uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do sul, através do Curso de História. Junto a estes projetos, tem também o da segurança, que trata da instalação de câmeras de monitoramento na Instituição, viabilizado pela Associação de Amigos do Arquivo Público.

Portanto, com esses exemplos, demonstramos a inserção do Arquivo junto às instituições de fomento, do reconhecimento da importância dos mesmos e o significado substancial dos recursos captados para a qualificação das atividades do APERS e o desenvolvimento de novas práticas.

4- O APERS tem conhecimento do Programa Cultura Viva e visualiza possibilidades de atuação no mesmo? (João)

(Diretora) Temos o propósito sim de inserir os espaços culturais do APERS na agenda cultural do Estado, espaço que está regularizado pela portaria 013/08. Isto é, o Arquivo pode ser um dos 500 pontos de cultura conforme proposta do Programa de Governo de criar e implantar estes pontos, para realização de leitura, para ser ponto de memória assim como também constituir-se como Cine Mais Cultura. Aliado a isto, também podemos ser parceiro na implementação do Programa Cidadania Cultural, na medida em que a Instituição dispõe de amplo espaço para realização de espetáculos, shows, exposições e projeções de filmes, desejando assim caracterizar-se por oferecer atividades abertas e gratuitas.

Em outras palavras, estão entre os nossos objetivos:

Viabilizar que o APERS possa receber recursos e projetos de qualificação e reestruturação nos seus espaços culturais;

qualificar o Auditório Marcos Justo Tramontini;

aumentar as possibilidades de trazer exposições para a Sala Joel Abílio Pinto dos Santos através da aquisição de meios expositivos;

viabilizar a aquisição de dispositivos pedagógicos para qualificar os trabalhos didático-pedagógicos desenvolvidos na Sala Borges de Medeiros;

e por fim, contribuir com o desenvolvimento de trabalhos em relação a cultura afro-brasileira explorando os acervos custodiados.

Ademais, também consideramos relevante que o APERS não apenas integre o Sistema Estadual de Cultura, mas também que continue promovendo um caminho de diálogo com as demais instituições promotoras de cultura e educação no Rio Grande do Sul, sobretudo, no que diz respeito à memória, cultura, ensino e aprendizagem. Atualmente, por exemplo, já existem interlocuções com as seguintes instituições: UFRGS – Faculdade de História, Associação dos Amigos do Arquivo Público, Escola do Legislativo, Centro Universitário Metodista do IPA, Associação de Arquivistas, Associação Nacional dos Profissionais de História- núcleo RS, FAPA.

5- O Programa Cultura Viva incentiva a participação da comunidade. É possível visualizar o APERS mais próximo a população? E se a interiorização proposta pela atual gestão estadual está relacionada com isso? (João)

(Diretora) Acreditamos que parte da resposta encontra-se na parte acima assim como na entrevista que demos ao Jornal do Centro de Porto Alegre.

Quanto à interiorização proposta pelo nosso governo, pensamos sim em contribuir com essa proposta mediante o desenvolvimento de um projeto, e ou parcerias, de modo que o APERS venha a contribuir com a melhoria de nossa gestão pública, sobretudo no que tange ao papel do Arquivo como Órgão Gestor do SIARQ/RS, que tem entre as suas competências, orientar e auxiliar os municípios na implantação de políticas de Gestão de Documentos, de implantação de Sistemas de Arquivos e de incentivo a criação de Arquivos Públicos Municipais.

6- Ao compreender que as duas ultimas gestões federais (2003-2010) retomaram, inovaram e intensificaram a gestão cultural no Brasil, é possível esperar um APERS mais atuante na cultura em nível estadual? (João)

(Diretora) Seguramente em nossa gestão, o APERS será mais atuante em termos culturais, até porque temos forte propósito de implementar e executar políticas transversais com a Secretaria de Cultura, com a Secretaria de Política para as Mulheres, com a Secretaria da Educação, com o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas assim como com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. E também com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

7- A realidade da arquivística de depara, de um lado, com o fazer tradicional e, de outro lado, com a Sociedade da Informação, com as novas Tecnologias da Informação e, sobretudo com um usuário mais dinâmico, mais volátil. Como o APERS visualiza esta situação? (João)

(Diretora) O APERS, ao perceber as mudanças ocorridas mediante o uso de TI's nos segmentos público e privado e na vida privada dos indivíduos coloca serviços à disposição da população na internet. Com isso, no Portal do APERS, endereço <http://www.apers.rs.gov.br>, além de informações referentes à instituição, aos acervos e notícias, os internautas encontram meios de realizar a busca aos acervos ou de solicitar os documentos, de agendar visitas e ter acesso aos contatos institucionais, no *website* do Arquivo Público. Para tanto, a instituição tem investido na qualificação dos equipamentos de TI nos últimos anos, passando a utilizar, a partir do ano de 2005, o Sistema AAP para descrição arquivística dos acervos, agilizando a pesquisa e a busca dos documentos. O sistema é utilizado internamente e também tem um módulo de acesso via Portal do APERS, o que permite ao pesquisador realizar sua pesquisa de forma independente.

Ainda é possível fazer a solicitação de documentos *on-line* através do Portal. Como a descrição de documentos é um processo contínuo e permanente no Arquivo Público, não são todos os acervos que já possuem a pesquisa disponível através do Balcão Virtual do site.

Ao público interessado, também é possível fazer o agendamento de visitas no complexo da instituição através do Portal do APERS, preenchendo o formulário disponível na *home* principal do web site.

Cientes da tendência em relação ao uso das tecnologias, a expansão dos serviços do APERS com a utilização desses recursos faz parte do planejamento institucional, a fim de atender ao público de pesquisadores e facilitar o intercâmbio com outras instituições arquivísticas.

ANEXO A

Nome do ponto: Cultura Gaúcha

Tipo: Ponto

Entidade: CTG Clareira da Mata

Projeto: Ponto de Encontro com a Cultura Gaúcha

Resumo: O objetivo do Ponto é minimizar as diferenças econômicas, por meio da difusão da cultura gaúcha. O público-alvo são as crianças e os jovens de baixa renda.

Atividades: Oferecer cursos de dança, culinária, empalhamento com palha de milho, fuxico e teatro. Realizar um festival de música. Disponibilizar sala multimídia e biblioteca.

Plano de trabalho: Acredita-se que a cultura tem o papel de impulsionar as transformações sociais e educacionais para que então se possa reverter esse quadro de exclusão, violência e falta de perspectiva, que se observa diariamente através dos meios de comunicação. Os objetivos são: Oferecer atividades culturais; proporcionar oficinas de artesanato, dança, culinária regional, música, teatro e literatura; Implementar a biblioteca popular; Equipar um laboratório de informática.

Eventos: ERAG (Encontro de Raízes Gaúchas) Palestras, oficinas e apresentação de filmes.

Cidade: Caçapava do Sul – RS

Nome do ponto: O Contestado

Tipo: Ponto

Entidade: Agência de Desenvolvimento Regional Integrado do Planalto Norte Catarinense

Projeto: Portal Cultural O Contestado

Resumo: Construção de portal para exposições, mostras e divulgações de produtos artesanais. Capacitar artesãos e apoiar o associativismo e o empreendedorismo.

Atividades: Resgate da cultura existente: cultura tradicionalista, colonização, história do Contestado, extrativismo da madeira e erva-mate; Disseminação da cultura local; Estímulo ao Desenvolvimento de Iniciativas que visem o resgate cultural; Mostras, conferências.

Plano de trabalho: O presente convênio tem por objeto, o apoio ao projeto Portal Cultural o Contestado, que visa construção do Portal para exposições, mostras e divulgação dos produtos artesanais de Canoinha/SC, assim como capacitar os

artesãos locais, com base no Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura com o fim de propiciar o acesso aos meios de fruição, produção e formação cultural.

Cidade: Canoinhas - SC

Nome do ponto: Cultura Viva Ilha do Mel **Tipo:** Ponto

Entidade: Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais

Projeto: Cultura Viva Ilha do Mel

Resumo: A idéia do Ponto é que se crie uma identidade cultural na região da Ilha do Mel, que sofre com o êxodo de boa parte da sua população, seja para trabalhar ou estudar. Valorizar a criação teatral e os Griôs como forma de preservação cultural.

Atividades: Criação teatral.

Plano de trabalho: Trabalhar a criação teatral e seu potencial de transformação, reaproximando os jovens aos valores de referencia transmitidos há gerações e restaurar a auto-estima e a identidade cultural em vias de esquecimento. Com a re-significação sobre seu modo de vida, sua arte de conviver e viver o dia-a-dia reaparecerá o senso crítico para avaliar a conduta e questionar a apreensão equivocada e apressada das informações 'que vem de fora'. Com a contribuição dos Griôs, durante o processo de formação dos contadores de histórias potencializados pelas técnicas teatrais, garantir-se-á que estes saberes tenham sua continuidade transmitida pelos Agentes Multiplicadores, que serão, em essência e a priori, o principal produto cultural. Os espetáculos teatrais materialização eventos históricos e folclóricos, presentificando a memória que assim é vista, ouvida e tocada. A Ilha do Mel, localizada no litoral do Paraná, tem 93% de sua área como Unidade de Conservação de Proteção Integral. Nos outros 7%, encontram-se as comunidades Encantadas e Nova Brasília. A população é de aproximadamente 911 pessoas, dos quais 10%, na faixa etária de 13 a 20 anos; possuem poucas perspectivas, só ensino fundamental e poucas ofertas contínuas de trabalho. Os jovens para trabalhar, dependem da alta temporada, ou para continuar seus estudos, têm de partir. Assim há uma enorme perda de sua identidade cultural. A mudança de valores é inevitável com tantas informações, muitas vezes equivocadas, trazidas de fora, como estímulo ao uso de drogas. Embora a Ilha do Mel tenha reconhecida importância paisagística, etnográfica e arqueológica, registrada nas muralhas de Fortaleza de Nossa Senhora dos prazeres (1770), poucas manifestações culturais expressam este patrimônio. Recuperar e valorizar a identidade cultural da Ilha do

Mel por meio da linguagem artística é resgatar suas raízes. O teatro representa as convenções sócio-culturais historicamente produzidas, dando subsídios para reorganizar seu pensamento estético.

Cidade: Curitiba – PR

Nome do ponto: Música Oxigênio da Alma **Tipo:** Rede

Entidade: Governo do Estado de São Paulo - SEC Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo

Projeto: Centro Cultural 'Música Oxigênio da Alma'

Cidade: Espírito Santo do Turvo – SP

Nome do ponto: Tecelagem em Algodão **Tipo:** Ponto

Entidade: Associação dos Artesãos de Francisco Badaró FIARTE - Fiação e Tecelagem em Algodão

Projeto: Aquisição de equipamentos para os 03 (três) galpões de fiatas nas comunidades rurais com o objetivo de ampliar as atividades, aprimorar a tecelagem, tingimento e bordados de peças.

Resumo: Fiação e Tecelagem em algodão, valorizar, divulgar a cultura e o artesanato regional.

Atividades: Aquisição de equipamentos (carta industrial) para ampliação da linha dos artesões do município de Francisco Badaró, localizado no vale do Jequitinhonha/MG.

Cidade: Francisco Badaró – MG

Nome do ponto: Meri Ore Eda **Tipo:** Ponto

Entidade: Ideti - Instituto das Tradições Indígenas Ponto de Cultura Meri Ore Eda

Projeto: Documentar informações e conhecimentos tradicionais, gerando um acervo de materiais. Incentiva a produção de cartilhas, livros, CDs, fotos, desenhos, documentários e etc. para valorizar e promover auto-estima e afirmação da identidade do povo Bororó.

Resumo: Promover a auto-estima e afirmação da identidade; Valorizar o conhecimento tradicional dos velhos Bororos; Envolver as novas gerações no processo de resgate; Resgatar a arquitetura tradicional, o espaço das relações sociais que envolvem os vários clãs dentro da tradição Bororo; Documentar e

divulgar o processo de resgate através de cartilhas, livros, CDs, fotos, desenhos, documentário; Gerar recursos para a comunidade através dos direitos autorais, comercialização de produtos e turismo de intercâmbio cultural; Promover a formação de pessoal Bororo em novas tecnologias como vídeo, fotografia, informática e em projetos complementares de auto-sustentabilidade; Promover a aproximação do povo não indígena com a cultura Bororo através da convivência positiva.

Atividades: O Ponto de Cultura Meri Ore Eda será instalado no espaço da nova aldeia modelo Meri Ore Eda, na Terra Indígena Meruri, Município de General Carneiro, Mato Grosso. O Projeto da aldeia modelo e de valorização e fortalecimento da cultura do povo Bororo/ Boe está sendo realizado pelo IDETI com recursos iniciais do Fundo Nacional de Cultura. Essa aldeia está sendo construída seguindo a arquitetura tradicional Bororo e as casas serão usadas no processo de resgate como centro das atividades, oficinas, acervo, etc.

Plano de trabalho: O Ponto de Cultura Meri Ore Eda vai envolver os jovens Bororo, que estão muito afastados de sua cultura tradicional, no processo de valorização e documentação do conhecimento tradicional do povo Bororo em oficinas de vídeo e fotografia, produção de programas de rádio e televisão, construção de site, confecção de artesanato, criação de produtos culturais para comercialização, etc. As novas tecnologias têm um grande poder de sedução atraindo os jovens com conteúdos que os distanciam cada vez mais dos conhecimentos tradicionais. A partir do Ponto de Cultura e do trabalho de valorização do conhecimento tradicional esses jovens serão capacitados no uso do computador, vídeo, fotografia tornando essas tecnologias aliadas no processo de aproximação da cultura tradicional e na construção da identidade do povo Bororo.

Cidade: General Carneiro – MT

Nome do ponto: Rede da Prefeitura de Dourados **Tipo:** Pontão

Entidade: Fundação Cultural e de Esportes de Dourados

Projeto: Rede de Pontos de Cultura da Prefeitura de Dourados

Resumo: Rede composta por três Pontos de Cultura que visa à valorização, fortalecimento e reconhecimento da cultura indígena e negra. Os cursos são de artesanato para a confecção de redes, cestarias e adornos indígenas, valorizam dessa forma a cultura tradicional.

Atividades: Oferece cursos de artesanato para a confecção de redes, cestarias e adornos indígenas, valorizam dessa forma a cultura tradicional. A rede é composta por três Pontos de Cultura que serão desenvolvidos nas aldeias indígenas e no 'Espaço Cultural Palmares', para a valorização, fortalecimento e reconhecimento da cultura indígena e negra.

Plano de trabalho: O projeto 'Pontos de Cultura' será realizado nas aldeias indígenas Bororó e Jaguapiru nas escolas municipais Araporã, Agostinho e Tengatú Marangatú, onde serão construídos barracões para abrigar a produção de artesanato. Os instrutores dos cursos de artesanato para a confecção de redes, cestarias e adornos indígenas serão indicados através de reuniões que a Fundação Cultural e de Esportes (Funced) está organizando junto aos indígenas para que o instrutor seja da etnia, valorizando a cultura tradicional. Além da Funced, as Secretarias Municipais de Educação, Agricultura Familiar e Assistência Social e Economia Solidária também estão envolvidas. O projeto também vai fornecer kit multimídia com computador, filmadora, câmera fotográfica digital e aparelho fax, para que os próprios índios façam a documentação da produção. Por seu caráter centralizador da documentação e produção indígena, os pontos de cultura se tornarão referência para o turismo nas aldeias e venda dos produtos. O projeto também prevê mostras de arte plástica, fotografia, além da produção, edição e mostra de vídeo documentário sobre a temática dos afro-descendentes em Dourados.

Cidade: Dourados – MS

Nome do ponto: Ciranda Cultural **Tipo:** Ponto

Entidade: Prefeitura Municipal de Lençóis

Projeto: Projeto Ciranda Cultural

Resumo: Apóia os grupos de cultura tradicional, possui uma escola de percussão, a qual integra os músicos de instrumentos de metais da Filarmônica Lira de Lençóis. Faz registros audiovisuais dos grupos culturais, os transformando em documentários e utilizados como material didático.

Atividades: Escola de percussão. Produção de documentários.

Plano de trabalho: Ciranda Cultural destaca Lençóis, como a terra do cineasta e atual Secretário de Audiovisual do Brasil, Orlando Senna que sempre lutou para afirmar a produção audiovisual brasileira, valorizando o significado simbólico da cultura, da história do nosso povo a exemplo do Filme Diamante Bruto. Lençóis é a

natureza do cinema, sua história sua beleza é a expressão mais autêntica de um cenário cinematográfico, portanto, a ciranda cultural será a retomada do antigo cinema para funcionar como um cineclube. Daremos apoio aos grupos de cultura tradicional, integrando-os com as escolas, implantaremos uma escola livre de inclusão percussiva integrando os músicos de instrumentos de metais da Filarmônica Lira de Lençóis, com alabês do Jarê. Através da cultura digital produziremos registros audiovisuais dos protagonistas mais antigos que compõem os variados grupos culturais, transformando-a em filmes documentários para serem utilizados como material didático, que serão usados nas atividades de integração escola e comunidades tradicionais. Montaremos a Opera Sacro Profana de Lençóis.

Cidade: Lençóis – BA

Nome do ponto: Marechal em Movimento **Tipo:** Ponto

Entidade: Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro

Projeto: Marechal em Movimento

Resumo: Por meio de atividades artísticas, lúdicas e informativas às crianças e adolescentes da rede pública de ensino, o projeto visa estabelecer uma política sociabilizadora de cunho educativo e cultural, buscando a valorização e preservação patrimonial.

Atividades: Cursos de informática básica, artes plásticas e mosaico; oficina de Bico Singeleza; aulas de taekwoondo e taefit.

Plano de trabalho: Marechal em Movimento é um Projeto de intervenção sócio-cultural, de valorização e preservação patrimonial, voltado para crianças e adolescentes na faixa etária entre 07 e 21 anos, integrantes da rede pública de ensino. Desta forma, o presente projeto tem o intuito de estabelecer uma política sociabilizadora de cunho educativo e cultural, entre a comunidade carente da cidade de Marechal Deodoro, apresentando uma grade de atividades integradas capazes de auxiliar na formação física, cultural, psíquica e ética, destes, além de possibilitar a aproximação com os bens culturais da cidade.

Cidade: Marechal Deodoro – AL

Nome do ponto: Cultura Rosário **Tipo:** Ponto

Entidade: CEFET-MA / Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão

Projeto: Cerâmica do Maranhão - Ponto de Cultura Rosário

Resumo: Preservação da cerâmica artesanal e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas, visando à promoção de artesãos, agentes comunitários, griôs, professores, pesquisadores e artistas.

Atividades: Cursos, intercâmbios, registros e tele-centro.

Plano de trabalho: Cerâmica do Maranhão constitui-se em um projeto de ação cultural que visa à preservação da cerâmica artesanal e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas, através de um processo de criação e organização de condições para que as pessoas e grupos reinventem seus próprios fins no universo da cultura. Prevê a implantação de dois Pontos de Cultura, inicialmente. As propostas esboçadas visam à promoção de pactos entre diversos atores sociais (artesãos, agentes comunitários, griôs, professores, pesquisadores, artistas, público), contando com recursos institucionais, materiais e suporte tecnológico. Na articulação entre os Pontos de Cultura, os sujeitos ligados a BASE (São Luís) pesquisam as potencialidades e as necessidades técnicas e estéticas da comunidade rosariense, propiciando a disseminação das descobertas e o intercâmbio externo, ao passo que os artesãos e agentes culturais do projeto PILOTO (Rosário) têm a missão de recriar os produtos cerâmicos referentes às suas expressões simbólicas, agregando novos valores e gerando possibilidades de renda e inclusão social, econômica e digital.

Cidade: São Luís - MA

Nome do ponto: Rede do Estado do Amazonas **Tipo:** Rede

Entidade: Secretaria de Estado de Cultura - Governo do Estado do Amazonas

Projeto: Redes de Pontos de Cultura do Estado do Amazonas

Plano de trabalho: Este projeto visa à descentralização dos bens e serviços culturais, apoiando iniciativas que busquem o protagonismo dos diversos atores sociais envolvidos com a produção cultural representativa dos grupos sociais do Estado do Amazonas. As redes dos Pontos de Cultura são iniciativas ímpares no sentido da difusão dos saberes e fazeres, da profissionalização e da autonomia dos produtores culturais. Através da implantação dos pontos se busca qualificar os espaços e paisagens sociais, difundir e fortalecer as diversas manifestações das identidades locais, valorizar as expressões simbólicas regionais e gerar oportunidades de trabalho e renda para pequenos empreendimentos culturais voltados a economia solidária. **Cidade:** Manaus – AM

ANEXO B

Nome do ponto: Ciranda Digital **Tipo:** Ponto

Projeto: Projeto Ciranda - Música e Cidadania

Resumo: **(Ampliação da biblioteca)** do Centro de Educação Musical e Artística de Mato Grosso pretende garantir o acesso à cultura em um espaço livre e aberto para toda a comunidade.

Atividades: Criar o pólo Ciranda Digital e ampliar a biblioteca do Centro de Educação Musical e Artística de Mato Grosso.

Plano de trabalho: Pretende-se garantir o acesso à cultura em um espaço livre e aberto para toda a comunidade.

Cidade: Cuiabá - MT

Nome do ponto: Macaíba Cultura e Memória **Tipo:** Ponto

Entidade: Prefeitura de Macaíba

Projeto: Macaíba Cultura e **Memória**

Resumo: O Ponto visa preservar a história do seu povo, sistematizando os momentos históricos do estado. **(Utiliza a pesquisa do passado)** como forma de inserção social

Atividades: Oficinas de fotografia, vídeo, teatro, resgate da história por meio de pesquisas de campo, culminando com grande mutirão cultural onde serão organizadas exposições e eventos para socialização destes conhecimentos com a comunidade.

Plano de trabalho: Através da implantação do ponto de cultura 'Macaíba: cultura e memória', resgatar a história do seu povo, buscando na diversidade humana uma unidade histórica, sistematizando seus momentos e trazendo aos dias atuais o papel fundamental de todos: A invasão Holandesa na então capitania do Rio Grande e o seu 1º massacre, a criação do quilombo de Capoeiras, figuras ilustres como o Pioneiro da Aviação Brasileira Augusto Severo; a poesia de Auta de Souza, o intelectual Augusto Tavares de Lyra e manifestações folclóricas como Boi de Reis, Lapinha e o artesanato local. Para isto estaremos realizando oficinas de fotografias, vídeos e teatro, resgate da história através de pesquisas de campo; culminando com grande mutirão cultural onde serão organizadas exposições e eventos para socialização destes conhecimentos com as comunidades (rural e urbana), cujo ponto

de aglutinação destas manifestações será o histórico solar ferreiro torto (museu municipal), berço da cultura e da história do município. Ao final, além dos trabalhos de resgate da memória local e da promoção da cultura popular, estaremos editando um livro, produzindo um CD ROM, e publicando cartões postais, folder, cartazes etc, com fotografias inerentes ao estudo, sendo, este material, destinado às bibliotecas e escolas públicas.

Cidade: Macaíba - RN

Nome do ponto: Biblioteca Volante **Tipo:** Ponto

Entidade: SESI - Serviço Social da Indústria

Projeto: Ponto Volante de Cultura

Resumo: **(Biblioteca volante)** instalada em caminhão, que circula na região periférica de Mariana/MG, atingindo comunidades de baixa renda.

Atividades: Uma biblioteca sobre rodas. Um caminhão com uma biblioteca e um mini palco adaptado para percorrer os municípios e distritos ao encontro de Mariana.

Plano de trabalho: O presente convênio têm por objeto, o apoio ao projeto Ponto Volante de Cultura, que visa equipar uma biblioteca volante instalada em caminhão, que circulará na região periférica de Mariana/MG, atingindo comunidades de baixa renda, com base no Programa Cultura Viva/Ponto de Cultura com o fim de propiciar o acesso aos meios de fruição, produção e formação cultural.

Cidade: Mariana - MG

Nome do ponto: Dr. JC Hass Sobrinho **Tipo:** Ponto

Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Franco

Projeto: Ponto de Cultura Dr. João Carlos Hass Sobrinho

Resumo: Reativação de escola de música; criação de banda municipal e coral; **(reconstituição da história da cidade por documentação escrita, fotográfica e audiovisual)**; edição de jornal cultural feita por estudantes; valorização do trabalho artesanal.

Atividades: Preservação da memória da cidade. Produz jornal cultural.

Plano de trabalho: O projeto se refere à criação de um Ponto Cultural com a finalidade de desenvolver pendores artísticos da nossa juventude, principalmente na área musical, artesanal e comunicação. Pretendemos reativar a Escola de Música Sebastião Silveira, há quatro anos inativa e que na sua existência funcional revelou

diversos talentos entre os jovens de nossa cidade. Aliado à atividade curricular da Escola de música será formada a Banda Municipal com 24 (vinte e quatro) componentes, para a qual já temos os principais instrumentos. Ao mesmo tempo será criado o Coral da Cidade, que, na certa, incentivará o gosto pelo canto, em suas várias nuances. A previsão da composição do coral será de 60 (sessenta) jovens, sob o comando de um regente, um pianista, um sanfoneiro e dois percussionistas. O projeto também irá resgatar a histórias de nossa cidade, com documentação escrita, fotográfica e audiovisual referentes aos principais partícipes desta história. Edição de um jornal cultural a ser desenvolvido pelos estudantes da rede de escolas públicas municipais e valorização dos nossos artesãos.

Cidade: Porto Franco - MA

Nome do ponto: Biblioteca do Fórum Social **Tipo:** Ponto

Entidade: Movimento Paulo Freire dos Trabalhadores em Educação

Projeto: Biblioteca do Fórum Social Mundial

Resumo: (Disponibiliza acervo da biblioteca) para consultas e empréstimos. (Digitaliza parte do acervo) e publica em copyleft e creative commons. Realiza palestras e oficinas sobre temas do fórum e incentiva a leitura em comunidades carentes.

Atividades: Disponibilização do acervo de livros a comunidade; leitura orientada, com empréstimos de livros; oficinas de artesanato (fuxicos em tecidos), música, canto, percussão, violão e espanhol; reuniões e debates.

Plano de trabalho: Abrir a Biblioteca do Fórum Social Mundial para visitação e empréstimos de livros à comunidade porto-alegrense. O Mosaico de Livros - Biblioteca Social Mundial possui cerca de seis mil livros, em diversas línguas, recolhidos nas três edições do FSM em Porto Alegre e em Mumbai, Índia, e nas edições do Fórum Mundial de Educação, também em Porto Alegre. O foco da biblioteca é a fixação dos temas do Fórum Social Mundial, oportunizando a quem se interessar o acesso a livros, revistas vídeos e demais publicações a cerca de temas abordados nesses Fóruns. Além da constituição, catalogação e armazenamento do acervo, o Mosaico de Livros - Biblioteca Social Mundial também conta com projetos de palestras sobre os temas do Fórum e outras atividades correlatas à área da disseminação do hábito da leitura em comunidades carentes. Acompanhando o Fórum Social Mundial o Mosaico de Livros estará recolhendo livros na próxima edição, em janeiro de 2006.

Cidade: Porto Alegre - RS

Nome do ponto: Mãe Biu **Tipo:** Ponto

Entidade: Associação dos Amigos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Projeto: Projeto Memorial Severina Paraíso da Silva - Mãe Biu

Resumo: Identificação, preservação e digitalização de acervo etnológico e capacitação de jovens para manutenção de patrimônio material e imaterial do Memorial Mãe Biu.

Atividades: Capacitação de jovens na preservação de acervo.

Plano de trabalho: Identificar, inventariar, digitalizar e preservar todo acervo etnológico do Memorial Mãe Biu, através da capacitação de 20 jovens da comunidade religiosa, visando a manutenção do patrimônio material e imaterial com base no Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura.

Cidade: Olinda - PE

Nome do ponto: Litero-Musical Minerva **Tipo:** Ponto

Entidade: Sociedade Litero Musical Minerva Cachoeirana

Projeto: Programa Cultura Viva

Resumo: Ensino musical para população de baixa renda e dos centros de ensino do município de Cachoeira - BA.

Atividades: Mantém uma escola de música gratuita aos jovens carentes do município de Cachoeira. Participa das principais atividades musicais, cívicas e religiosas do município de Cachoeira e do Estado da Bahia.

Plano de trabalho: Continuação das aulas de teoria e prática musical já desenvolvidas pela filarmônica há 128 anos. Ampliar o acesso da comunidade a essas aulas, melhorar as condições de arquivo das partituras - proposta de digitalização.

Cidades: Cachoeira – BA

Nome do ponto: Cultura Viva Timbira **Tipo:** Ponto

Entidade: CTI - Centro de Trabalho Indigenista

Projeto: Cultura Viva Timbira

Resumo: Capacitar jovens para coleta, registro fonográfico, recuperação, arquivo e classificação dos repertórios rituais dos grupos indígenas Timbira. Fortalece as manifestações culturais indígenas, dinamizando a transmissão de conhecimentos.

Atividades: Registro, recuperação e formação de arquivo fonográfico dos grupos indígenas Timbira.

Plano de trabalho: Este projeto propõe procedimentos para recolha, registro fonográfico, recuperação, arquivo e classificação dos repertórios rituais dos grupos indígenas Timbira, distribuídos em sete povos do Maranhão, Tocantins e Pará.

Cidade: Carolina – MA

Nome do ponto: Chibarro

Tipo: Ponto

Entidade: Universidade Federal de Pelotas

Projeto: Chibarro Mix Cultural

Resumo: Promove ações de caráter social para potencializar o exercício da cultura popular. Fomenta, por meio de agentes e educadores sociais, a proliferação das práticas culturais que possuam identificação com o futebol.

Atividades: Oficinas, cursos, debates, palestras e seminários de dança, percussão, música, arquivo e patrimônio, cultura digital, memória, futebol, grafitti, geração de trabalho e renda, jornalismo comunitário, comunicação e produção audiovisual.

Plano de trabalho: Fomentar e garantir o acesso aos meios de fruição, promovendo ações de caráter social que potencializem o exercício da cultura popular, democratizando o acesso à cultura, através do fomento e incentivos à proliferação de práticas culturais.

Cidade: Pelotas - RS

Nome do ponto: Museu da Maré

Tipo: Ponto

Entidade: Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré

Projeto: Museu da Maré: Identidade e Cultura

Resumo: Pesquisa, preservação e difusão de patrimônio cultural do bairro e cidade; fomento à criação de redes sócio-pedagógicas que estimulem a produção de novos valores e práticas sociais de atores locais.

Atividades: Realiza ações voltadas para a preservação e divulgação da memória local. Arquivo com material diversificado como fotografias, documentos, vídeos, mapas e recortes de jornal. Possui um programa de entrevistas com os moradores, onde são registrados e transcritas as informações coletadas.

Plano de trabalho: Contribuir para a preservação do patrimônio cultural do bairro e da cidade, fomentar a criação de redes sócio-pedagógicas que estimulem a

produção de novos valores e práticas sociais por parte dos atores locais visando o desenvolvimento humano.

Cidade: Rio de Janeiro - RJ

Nome do ponto: Mestre Curió **Tipo:** Ponto

Entidade: Escola Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de mestre Curió

Projeto: Capoeira Angola: Instrumento de Cidadania, Educação e Identidade Cultural

Resumo: Ensino da Capoeira Angola; confecciona instrumentos musicais; mini biblioteca; **núcleo de pesquisa e memória**; departamento de som e imagem digital; publicação de livro, gravação de CD e DVD documentário sobre Mestre Curió.

Atividades: Oficinas de capoeira de angola e instrumentos musicais; rodas de capoeira de angola; **núcleo pedagógico (documentação e biblioteca)**; núcleo de cultura digital e evento da ECAIG - escola de capoeira de angola irmãos gêmeos.

Plano de trabalho: Trata de uma ação conjunta e integrada que reúne conhecimentos e saberes da tradição da capoeira angola, como instrumento de cidadania, inclusão social, formação profissional e identidade cultural direcionadas a jovens, adolescentes e crianças da comunidade.

Cidade: Salvador - BA

Nome do ponto: Biblioteca de Estudos Missioneiros **Tipo:** Rede do IPHAN

Entidade: Prefeitura Municipal de São Nicolau

Projeto: Biblioteca de Estudos Missioneiros

Resumo: O Ponto procura resgatar as tradições missioneiras do sul do país, bem como das nações vizinhas. A idéia é agrupar o maior número possível de documentos históricos para facilitar o trabalho de pesquisa.

Atividades: Criação e implantação de uma biblioteca com acervo voltado para estudos da história dos povos missioneiros da América do Sul.

Plano de trabalho: Criação e implantação de uma biblioteca com acervo voltado para estudos da história dos povos missioneiros da América do Sul A história missioneira é uma das mais belas do Brasil.

Cidade: São Nicolau RS

Nome do ponto: Espaços de Memória **Tipo:** Rede

Entidade: Governo do Estado do Acre

Projeto: Espaços de Memória

Resumo: Espaços dedicados ao cultivo da memória acreana, por meio dos mais diversos documentos, promovendo o incentivo à realização de documentários e pesquisas pertinentes à história regional e cultura local.

Plano de trabalho: Espaços dedicados ao cultivo da memória acreana, por meio dos mais diversos documentos, promovendo o incentivo à realização de documentários e pesquisas pertinentes à história regional e cultura local. São eles: Casa TXAI (mantém e disponibiliza o acervo produzido pelo antropólogo Terry Aquino em 30 anos de pesquisas e estudos junto às comunidades indígenas no Acre e Sul do Amazonas), Sala Memória de Porto Acre (expõe documentos, fotografias e objetos históricos da cidade, de seus moradores e, principalmente, do período referente aos conflitos da Revolução Acreana) e Núcleo de Imagens (Núcleo audiovisual que visa catalogar vídeos, fotografias e imagens diversas referentes à cultura e história acreana. É voltada à pesquisa e também à futura realização de oficinas de documentários e debates acerca do audiovisual).

Cidade: Rio Branco – AC